

DOSSIÊ - DOSSIER

Perpectivas sobre isolamento, contato e resistência dos povos tupi na Amazônia brasileira

Perspectives on isolation, contact and resistance
of Tupi peoples in the Brazilian Amazon

organizado por/

Daniel Cangussu

Laura Furquim

Leonardo Viana Braga



Foto: Daniel Cangussu, 2018.

Maandéi Juma olhando o pé de castanha que Iporia (seu pai) derrubou.

“Jã ‘ýwa Iporía etýgawéra”. Terra Indígena Juma

De unidade polícroma à fragmentação Tupi: arqueologia de longa duração e do isolamento no alto rio Madeira

From polychrome unity to Tupi-Guarani Fragmentation: long term
and isolation in the Upper Madeira River archaeology

Cliverson Pessoa¹

ORCID: 0000-0003-0821-409X

Thiago Kater²

ORCID: 0000-0003-4687-2210

Fernando Ozorio de Almeida³

ORCID: 0000-0002-9061-0026

DOI: 10.26512/rbla.v14i1.44183

Recebido em junho/2022 e aceito em setembro/2022

Resumo:

Este artigo busca oferecer uma reflexão sobre a ideia de isolamento de um ponto de vista arqueológico. A ideia de isolamento na arqueologia é complexa. De certa forma, ela se opõe a uma disciplina que se acostumou a agrupar conjuntos culturais. Mais especificamente, refletimos sobre diferentes tipos de isolamentos e como eles podem oferecer ferramentas para a interpretação da história profunda do sudoeste da Amazônia, um contexto com uma forte ligação com populações falantes de línguas Tupi, como também com diferentes povos. Nosso foco será a calha do rio Madeira, em especial as áreas das cachoeiras de jusante desse rio, e o rio Jamari, um de seus tributários. A linguística histórica aponta a bacia do alto Madeira como centro geográfico de origem do tronco Tupi, que ali começaria a ramificar por volta de 5000 anos atrás. Encontramos na mesma região possíveis relações entre famílias linguísticas Tupi e as cerâmicas da tradição Jamari e da tradição Polícroma da Amazônia. Esta última está de alguma forma relacionada com uma série de processos de dispersões Tupi-Guarani pela Amazônia Central e Ocidental durante o milênio que antecedeu a invasão europeia na região. Esses movimentos envolviam múltiplas

¹ Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo (PPGARq/USP). E-mail: cliversonps@usp.br

² Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo (PPGARq/USP). E-mail: kater@usp.br

³ Núcleo de Pesquisas Arqueológicas Indígenas – NuPAI, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – Proarq, Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: fernandoozorio@hotmail.com

estratégias, frequentemente resultando na assimilação e deslocamento de populações culturalmente distintas, e incluíram o desmantelamento de um sistema multicultural que operava no alto rio Madeira no final do primeiro milênio da era cristã. No início do período colonial, as populações indígenas locais adotaram diferentes estratégias de resistência frente aos invasores e às doenças trazidas por eles, incluindo a fragmentação e, por vezes, foram assimilados por coletivos indígenas emergentes.

Palavras-chave: Arqueologia da Amazônia, Tronco Tupi, Família Tupi-Guarani, Tradição Polícroma da Amazônia, Isolamento, histórias indígenas de longa duração.

Abstract:

The aim of this article is to offer a reflection on the idea of isolation from an archaeological perspective. The idea of isolation in Archaeology is complex. In a way, it is opposite to a discipline that is used to grouping cultural assemblages. Specifically, we reflect about different types of isolations, and how they can offer tools to interpret the deep history of southwestern Amazonia, a context with a strong link to populations speaking Tupian languages as well as to a series of different peoples. We focus on the Madeira River, with special attention to its last rapids downriver, as well as the Jamari River, a tributary of the former. Historical linguistics pinpoint the Upper Madeira region as the geographical centre of the Tupi language stock, from where it started to branch around 5000 years ago. We identify for this region possible relations between Tupi linguistic families and ceramics from the Jamari and Polychrome traditions. The latter is somehow related to a series of Tupi-Guarani dispersion processes during the millennium preceding the European invasion in the region. These movements involved multiple strategies which often resulted in the assimilation and displacement of culturally distinct populations and ultimately included the dismantling of a multicultural system which operated by the end of the first millennium AD. During the beginning of the European colonization, the local indigenous populations adopted different resistance strategies vis-à-vis the invaders and the diseases they brought with them, including fragmentation. These populations were often incorporated by other emergent indigenous collectives.

Keywords: Amazonian Archaeology; Tupi Stock, Tupi-Guarani Family; Polychrome Tradition of Amazonia; Isolation; Indigenous long-term histories.

A Bruno Enderson Rodrigues Pessoa, in memoriam

1. Introdução⁴

Ao longo dos últimos séculos, com a maciça expansão das sociedades ocidentais pelo globo, foi frequentemente observada a fragmentação e,

⁴ Agradecemos aos pareceristas Claide de Paula Moraes e Felipe Vander Velden pelos comentários e contribuições valiosas. À Laura Furquim, Leonardo Viana Braga e Daniel Cangussu, responsáveis pela organização desse dossiê, pelo convite e sugestões ao texto final. Aos povos indígenas do rio Madeira. Ao CNPq, CAPES e à FAPESP (Processo 2018/24509-3 e 2021/13754-0) pelo financiamento de parte dessa pesquisa. À equipe do projeto *Human-Environment Relationships in pre-Columbian Amazonia* (Processo FAPESP 2019/07794-9) pelo apoio e parceria.

por vezes, o isolamento de sociedades tradicionais. Uma ilustração desse processo pode ser encontrada no clássico filme de Akira Kurosawa, *Dersu Uzala* (1975), que narra a história de um solitário caçador mongol das estepes siberianas, que experiencia o encolhimento repentino do seu imenso mundo em decorrência da expansão do império russo, no início do século XX.

Além de ser uma obra maestra na tarefa de transmitir o sentimento do encontro do ocidental com “o outro”, o filme deixa claro que o seu protagonista está mergulhado em uma trama de relações. Muitas vezes sozinho, Dersu nunca se encontra isolado. Ele costura uma rede de relações profunda, que se estende de seres e forças não-humanas, como os seres agentivos do fogo, ou até com pessoas desconhecidas e que talvez nunca venha a conhecer, como no momento em que ele deixa alimentos estocados em uma casa abandonada para o usufruto de um futuro viajante que venha a necessitar.

Outro exemplo, ainda mais emblemático, e mais próximo, provém do chamado “índio do buraco”, um indígena que decidiu se isolar dentro da Terra Indígena (TI)⁵ Tanaru, sudeste de Rondônia, e cuja vida foi documentada por Vincent Carelli (2009)⁶. O indígena, ao contrário de Dersu, se recusou a fazer contatos com os ocidentais e se refugiou neste território que é uma “ilha verde” de florestas cercada pelo desmatamento (Franco 2019): sempre que notava a presença de funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) parava de fazer roça e mudava sua casa que tinha a particularidade de um buraco no centro (Milanez 2015: 343). Ele se manteve nesse estado de isolamento até a sua morte, em agosto de 2022. Tanto em um exemplo quanto no outro, a figura do caçador solitário no interior de um vasto ambiente indica o isolamento em sua última instância. Por outro lado, esse estilo de vida mais “forrageiro” foi quase sempre visto como um retrocesso histórico ocasionado pela colonização. Mas, considerando que a ideia de isolamento é relativa, assim como a cultura é constantemente reelaborada (Gallois 1992), estratégias “antineolíticas” têm sido notadas como efeito dessa transformação, ou melhor, uma atualização na organização social de grupos isolados da Amazônia que recusam a economia agrícola e a vida próxima das águas em prol da vantagem de uma socialidade andante em caminhos nas florestas, sem dispensar o cultivo de plantas (Diniz 2016; Villa 2022).

⁵ Que ainda possui, na verdade, apenas o status de “Restrição de Uso”.

⁶ Veja também os três artigos sobre a situação de Tanaru, além do relato de Altair Algayer, todos publicados nesse mesmo dossiê.

Associadas ao(à) caçador(a) estão a armadilha e a arma, utilizados para o aprisionamento/morte do animal (Figura 1). Assim como as fogueiras utilizadas para o seu processamento: são os artefatos que podem ser vestígios solitários de um encontro singular entre humano e não humano (i.e., a caça). No caso do “índio do buraco”, seus únicos contatos registrados com outras pessoas, indigenistas da FUNAI, foram justamente quando ele fez um alerta para o perigo das armadilhas de caça (Franco 2019). Tais artefatos muitas vezes não se preservam para serem encontrados no registro arqueológico mais recuado no tempo ou são encontrados desprovidos de contexto. Apesar disso, as tecnologias percíveis têm sido pensadas como elemento fundamental nos diversos momentos da vida, isto porque elas costumam compor a maior parte dos implementos materiais de uma pessoa ou coletivo (Cangussu 2021; Rodrigues et al. 2021). Em alguns casos, os indigenistas se deparam com tecnologias não percíveis, como vasilhas inteiras de cerâmica deixadas pelos Hi-Merimã (Figura 1), na bacia do rio Purus, Amazônia Ocidental. Estes conjuntos de vestígios têm levado os indigenistas a realizar uma arqueologia do presente (Cf. González-Ruibal 2009), uma interpretação sobre a territorialidade, as tecnologias e os modos de vida desses povos, ainda que sem o contato direto com eles (Cangussu et al. 2022).

Figura 1: Nas proximidades da margem direita do rio Guaporé, na Amazônia boliviana, foi identificada uma ceva (armadilha) de paca, um artefato isolado de um caçador. À direita, vaso cerâmico Hi-Merimã identificado pela equipe da FUNAI liderada por Daniel Cangussu. Forma e fuligem na face externa sugerem que o vaso possuía função de cocção



Fotos: Fernando Ozorio de Almeida.

Sem dúvida, as interações culturais sempre foram mais importantes para a construção e manutenção da diversidade do que as formas de isolamento social e geográfico (Barth 2000: 26). Ainda assim, o distanciamento ou certo grau de afastamento dos seus semelhantes proporcionou em alguns contextos a diferenciação de espécies, línguas e culturas. Uma atenção especial foi conferida às ilhas do Oceano Pacífico (Fitzpatrick e Anderson 2008), como os “laboratórios de isolamento” ideais para entender a cristalização da diferenciação. Mesmo nesses contextos, isolamento e interação social aparecem como aspectos difusos. Entretanto, nenhum povo é uma ilha (Viveiros de Castro 2019). Conforme diversos exemplos arqueológicos deixam claro, incluindo contextos fluviais da bacia amazônica, as ilhas foram interpretadas como sendo locais de encontros, de rituais (Costa e Gomes 2018) e da fluidez de estilos cerâmicos (Barreto 2016).

Não por acaso o isolamento, para muitos grupos indígenas, está ligado a ideia de contato, atração e pacificação, isto porque essas pessoas ou coletivos estão em perpétuas relações com alguém ou alguma coisa, se expondo, deixando seus rastros pela paisagem em inúmeros contextos (Gow 2018; Amorim 2022; Vander Velden nesse dossiê). Portanto, isolamento é uma reação ao próprio contato, um termo ambíguo para se referir a situação de indígenas que mantém um relativo distanciamento da sociedade ocidental, mas não são alheios ao que acontece nela desde os primeiros momentos da colonização. Assim, a condição de isolamento só pode ser plenamente explicada quando se analisa tanto os fatores internos, como a história, a cosmologia e as relações que o grupo mantém entre si, quanto fatores externos, a partir dos precedentes coloniais e condicionantes geográficos (Gallois 1992).

A condição de isolados nunca foi tão ameaçada como nos últimos anos. Por exemplo, crimes de genocídio contra diversos grupos isolados no interior de Rondônia entre as décadas 1980 e 1990, perseguidos a mando de fazendeiros e madeireiros, se insere no contato forçado que os indigenistas Marcelo dos Santos e Altair Algayer foram obrigados a realizar junto aos sobreviventes Kanoê e Akuntsu, ao passo que o extermínio dos demais membros do grupo do “índio do buraco” o deixou invariavelmente arredio (Milanez, 2015; Algayer, Aragón e Mezacasa nesse dossiê; Villa nesse dossiê).

Como ficou evidente na atual pandemia de Covid-19, a escolha do isolamento é frequentemente causada por um fator externo. Essa

situação explicitou o papel das doenças para o isolamento e evidenciou a vulnerabilidade socioepidemiológica de povos indígenas isolados e de recente contato ante a esse fenômeno, sobretudo porque suas vivências comunitárias se diferenciam do “isolamento social” da pandemia, e existe um contato externo indesejado por invasores de terras que poderia ser evitado se o Estado efetivasse os direitos desses povos (Matos et al. 2021). A fragilidade relacionada aos grupos isolados aparece mais como parte do discurso protecionista, pois o isolamento é condição de menor vulnerabilidade (Amorim 2022: 214).

O próprio isolamento de Dersu Uzala ocorreu após a morte da sua família por uma epidemia de varíola. Vários outros exemplos podem ser identificados na documentação histórica (e.g., Cook e Lovell 1992; Hemming 1978), incluindo alguns que iluminam o papel das migrações nesses processos. A etnografia de diversos povos Tupi-Guarani, como os Araweté (Viveiros de Castro 1986), os Wajãpi (Gallois 1986) e os Tenharim (Shiratori 2019), sugere justamente a movimentação territorial como reação a eventos gerados por epidemias e/ou violência. A migração seria, nesses contextos, uma resposta respaldada pela cosmologia desses povos (Métraux 1927; Clastres 1978), porém, suas mobilidades geram transformações históricas e atualizações sociocosmológicas que são particulares para cada grupo ou coletivo (Diniz 2016). A arqueologia dos isolados necessita, portanto, levar em conta a compreensão que os indígenas possuíam sobre as novas doenças trazidas pelos europeus (Noelli 2021), como também o papel das epidemias no declínio demográfico da América colonial (e.g., Cook e Lovell 1992). Tais eventos não se restringem a chegada dos europeus. Epidemias podem ter sido a causa do colapso de sociedades organizadas regionalmente na Amazônia pré-colonial (Moraes 2015).

De qualquer maneira, os rios Amazonas e Solimões eram bastante populosos no início da conquista, a causa do grande despovoamento desses rios no século XVI são as doenças trazidas pelos espanhóis que exploraram essa malha fluvial, e por esta razão, muitos grupos Omágua no século XVII abandonaram os barrancos, mas permaneceram nas ilhas fluviais em moradias configuradas como isoladas (Myers 1988: 69-70). Tanto nos primeiros séculos de colonização como no presente, epidemias e perseguições a esses povos comumente resultaram no isolamento de comunidades (Vilaça 2020).

Apesar da dificuldade em identificar os eventos que levaram à movimentação ou ao isolamento no período pré-colonial, pode-se especular que tais episódios ocorreram e que em vários casos eles estejam por trás de “anomalias” no registro arqueológico. Por exemplo, o destacamento das populações Guarani do núcleo Tupi-Guarani da Amazônia ou das populações Karib para o alto Xingu e para o rio Guaporé, produziram a “fragmentação” e o “isolamento” de pequenas unidades sociais em relação ao restante da família linguística (Lévi-Strauss 1976a [1942]; Crevels e Voort 2008). Talvez tais episódios também expliquem sítios arqueológicos isolados de seus contextos culturais, como as ruínas de pedras incaicas na confluência do rio Madre de Dios com o rio Beni, na Amazônia boliviana (Saunaluoma 2012), ou uma muralha de rochas no topo de uma serra de um pequeno afluente da margem esquerda do rio Madeira, conhecida como Serra da Muralha (Miller 1987). Trata-se de fenômenos que por vezes possuem duração curta e que, ao mesmo tempo, podem atingir grandes extensões territoriais. Estes eventos se aproximam mais da chamada micro-história (Walton et al. 2008), ou de eventos de curta duração, difíceis de serem detectados pela arqueologia, com seu *know-how* em processos de longa duração (cf. Kater e Lopes 2021).

Ao mesmo tempo em que a etnologia pode compreender o estudo dos isolados como uma arqueologia do passado recente ou do presente (Cangussu et al. 2022; Villa nesse dossiê; Vander Velden, nesse dossiê), pode-se também dizer que o isolamento anda em oposição à tradição epistêmica da arqueologia de agrupar traços culturais: é uma espécie de anti-arqueologia. Ele também pode levar, da mesma forma, à fragmentação das tradições arqueológicas, pois isolar é, no fim das contas, se diferenciar – uma fragmentação que em última instância pode gerar a identificação de artefatos solitários a partir de seu contexto e suas propriedades materiais. Mas, ainda que identificado, o artefato isolado muitas vezes é transformado em uma mera “ocorrência”, um termo geralmente utilizado para explicar o inexplicável e se eximir de se falar qualquer coisa relevante sobre o material. Isolado, portanto, também pode servir como um sinônimo de “desconhecido”. Achado isolado se opõe a noção de sítio, pois esta se baseia em algumas definições na quantidade existente de amostras de artefatos (Morton 2015), entre as quais comumente se relega, ou mesmo se descarta objetos individuais.

Foi pensando nesse dilema que alguns trabalhos arqueológicos decidiram encarar de frente o problema do isolamento. Assim, a noção de sítio que se define por aglomerados de artefatos, quase sempre correlacionados com

povos agricultores, e a noção de achado isolado que caracteriza-se pela dispersão de um número mínimo de artefatos, sendo comumente associado a grupos caçadores-coletores, foi repensada vinculando esses dados na paisagem por meio do conceito de “lugares persistentes”, que permite pensar uma arqueologia de abandonos e reocupações, recuos e retornos populacionais, com base em padrões de assentamentos duradouros e efêmeros, de lugares usados intermitentemente na longa duração (Schlanger 1992: 92; Moraes nesse dossiê).

Nesse sentido, dentro das discussões linguísticas, povos considerados como possuidores de línguas isoladas, assim o foram não por causa da grande quantidade de elementos que os diferenciava dos demais e sim pela ausência de elementos que permitissem relacioná-los a agrupamentos maiores. Muitos povos indígenas no nordeste brasileiro compunham um quadro bastante heterogêneo linguisticamente no passado, mas devido à perda das línguas nativas após séculos de contatos com colonos europeus, eles se enquadram nessa categoria de línguas isoladas, isto é, onde foi possivelmente um antigo foco de dispersão linguística (Urban 1992) e que nas décadas de 1970 e 1980 esses grupos, dados muitas vezes como inexistentes, emergiram reivindicando direitos históricos (Dantas et al. 1992). Em outros contextos, a diferenciação linguística de um povo ocorreu por um processo de etnogênese, pela fusão de duas ou mais etnias, como ocorreu com os Bororo (Wüst 1998) e com os Chiquitano (Martins e Kashimoto 2000). Aqui, a diferenciação ocorre pela entidade ser demasiadamente heterogênea, ou híbrida (Almeida et al. 2021).

Por fim, Urban (1992: 99) também indica que as línguas isoladas podem ser uma porta de entrada para identificar as fases mais antigas da ocupação de um território. Assim, a concentração de pelo menos onze línguas isoladas no sudoeste amazônico (Crevels e Voort 2008) ajuda a confirmar a expansão do Tronco linguístico Tupi na mesma região há 5 mil anos (Rodrigues 1964), pois, o princípio da concentração de línguas e famílias divergentes para apontar a área de origem também se aplica aos aglomerados de línguas isoladas. O trabalho comparativo da língua Kwaza desenvolvido por Hein van der Voort (2005) reflete sobre as correspondências lexicais, fonológicas e gramaticais com outras línguas isoladas (Kanoê e Aikanã), assim como das famílias linguísticas Tupari, Mondé, Jabuti e Nambikwara, que apontam para relações genéticas distantes, em que esses grupos estiveram em contato por séculos, o que reforça Rondônia como área de centro de origem e diversificação linguística dos Tupi.

Tendo em mente essa multiplicidade de possibilidades por detrás do conceito de “isolado”, nosso objetivo é apresentar, por meio da utilização de dados arqueológicos, etno-históricos e etnográficos, um panorama de longa duração (incluindo eventos e processos de média duração) das ocupações de povos Tupi-Guarani que têm habitado o rio Madeira, assim como as relações de alteridade e predação frente aos diferentes “outros”. Na primeira parte, abordamos a presença tardia de cerâmicas que se caracterizam pela pintura policrômica e que foram correlacionadas à ocupações de grupos de línguas Tupi-Guarani (Lathrap 1970; Brochado 1984); elas são precedidas por outros conjuntos artefatuais. Dada a distribuição espacial dos vestígios arqueológicos por essa ampla região, sua classificação se direcionou para as tradições arqueológicas, definidas por cerâmicas com repertórios tecnológicos e estilísticos com persistência temporal (Barreto et al. 2016: 591-92). Essa classificação é mais aceita quando construída com cronologias, padrões, tamanhos e formas de assentamentos, e outras variações do registro arqueológico, nas quais as semelhanças e diferenças podem ser interpretadas como indicadores de grupos étnicos no passado (Neves 2011).

O registro arqueológico regional aponta que as interações ocorreram por meio de relações belicosas (Moraes 2013) e relações de convivialidade (Costa 2022). Em meio a esses conjuntos, ocasionalmente ocorrem fenômenos isolados, vasilhas e fragmentos que apresentam um estilo diferente dos demais artefatos depositados; é o que chamamos de achados isolados, essas unidades mínimas que reafirmam o uso de lugares *off-site* (Schlanger 1992). Trata-se de um universo que em geral é caracterizado por povos culturalmente diferentes, mas que, por vezes, apresenta “anomalias”, incluindo fenômenos de movimentação e isolamento, que são fundamentais para a compreensão das micro e macro-histórias desses povos.

Na segunda parte, propomos um percurso pela etno-história indígena desse rio por meio da distribuição dos etnônimos e sua filiação histórica e linguística. Grupos de línguas Tupi têm presença marcante, mas com pouca convergência para onde existem registros de cerâmicas da Tradição Polícroma da Amazônia. Esses nomes permitem perceber um denso tecido social que é desarticulado gradativamente pela ocupação estrangeira com epidemias, massacres e escravização, resultando em confinamentos em aldeamentos e depois em territórios “protegidos” (Viveiros de Castro 2019: 10). Dentre as reações dos grupos indígenas aos contatos, destacamos atos de abandono e guerra ao projeto colonizador.

É preciso sublinhar, entretanto, que atitudes arredias não inibiram que objetos europeus, plantas exógenas e microrganismos circulassem pela rede regional que alcançava os mais isolados, reforçando a ambiguidade desse termo (Gallois 1992; Carneiro da Cunha 1992a). Nesse contexto, tendo como fio condutor os etnônimos que podem sinalizar para povos, grupos, subgrupos, clãs ou outras categorias coletivas (Sáez 2016), é possível acompanhar interações que atravessaram fronteiras étnicas (Barth 2000), dinâmicas que se revelam chaves para integrar processos mais duráveis da arqueologia. Cabe destacar que a profusão de denominações desconhecidas mencionadas pelas fontes históricas compartilha do mesmo quadro de informações fragmentárias com as quais o indigenismo trabalhou para provar a existência de grupos isolados (Leonel 1995; Milanez 2015).

Tanto os achados isolados da arqueologia como os etnônimos desconhecidos da etno-história, quando integrados na cartografia do rio Madeira a agrupamentos maiores de sítios arqueológicos e famílias linguísticas, respectivamente, refletem a diversidade no tempo e no espaço. Esses lugares remontam histórias cumulativas, produto de interações socioculturais que se desenvolveram em sistemas regionais amplos que conectavam diferentes coletivos ameríndios a um tecido social mais fluído (Vander Velden e Lolli 2021). Essas histórias são feitas também de separações, afastamentos e retornos a territórios com paisagens previamente modificadas por seus ancestrais ou outros coletivos. Acompanhando esses trabalhos tentaremos fornecer um panorama dinâmico e multilinguístico, nos quais os Tupi eram parte dessa história de longa duração que foi atravessada pelos mais diversos processos coloniais.

2. A Tradição Policroma no rio Madeira, outros conjuntos e achados isolados

A bacia do rio Madeira é ocupada desde pelo menos o Holoceno inicial por grupos caçadores-coletores (Miller 1987; Mongeló 2020). No Holoceno médio, sítios em áreas de margens de cachoeiras e nos barrancos de um de seus tributários, o rio Jamari, apresentam indícios antigos da presença de terras pretas antropogênicas contendo artefatos líticos lascados e polidos datados em pelo menos 5.000 AC. Esses contextos foram interpretados como o resultado do estabelecimento de ocupações permanentes e provavelmente agricultoras (Miller et al. 1992; Noleto 2020). As ocupações ceramistas regionais mais antigas aparecem cerca de 3.000 AC em duas

regiões distintas e apresentam persistências de até quatro milênios de duração. A primeira foi registrada no alto rio Ji-Paraná: sítios ribeirinhos e em terra firme que apresentam cerâmicas e líticos vinculados à Tradição “Tupiguarani” (Cruz 2008; Miller 2009), ocasionalmente depositados em solos de terra preta (Zimpel 2009), são as mais antigas evidências que se associam a família linguística Tupi-Guarani e assim buscam recuar a trajetória de povos falantes dessas línguas na terra natal (Rodrigues 1964), embora no interflúvio Xingu-Tocantins exista maior variabilidade dessas línguas e um conjunto de evidências arqueológicas que reconstituem essa trajetória desde o século III DC (Almeida e Neves 2015). Integrada a região desse contexto Tupi, estão diversos registros rupestres, incluindo figuras zoomorfas e antropomorfas, além de outras formas (Oliveira 2013). Paralelamente, podem ocorrer outras fases ceramistas interpretadas apenas como “não-Tupiguarani”, como as fases Irara e Araçá, que se caracterizam por sítios pequenos, com menos de 80 m de extensão, e camadas pouco espessas com material cerâmico e lítico (Miller 1987). A segunda região que apresenta ocupações ceramistas antigas é a do pantanal do médio Guaporé. Ali a cerâmica Bacabal de um sambaqui fluvial de seis metros de altura ocorre associada a líticos, anzóis e pontas de flechas feitas em osso, sepultamentos, além de uma série de macro e micro vestígios faunísticos e botânicos que se mantiveram preservados nesse contexto que remete à produção diversificada de alimentos e da paisagem (Zimpel e Pugliese Jr 2016; Furquim et al. 2021).








A partir do segundo milênio anterior à era cristã, o rio Amazonas e seus tributários recebem os produtores da cerâmica Pocó-Açutuba. Essa tradição arqueológica caracteriza-se por contextos que podem estar ou não associados a matrizes de terras pretas, além de cerâmicas decoradas com policromia e modelados, seus depósitos apresentam materiais líticos, carvões e faunas (quelônios), encontrados dispostos em piso ou em feições topográficas tipo “bolsão” (Lima 2008; Neves et al. 2014). No alto rio Madeira, a presença dessa ocupação nas margens de cachoeiras ou ilhas fluviais entre 1.500 AC até 600 DC geralmente se encontra na base de depósitos multicomponenciais. Apresenta solos de terra preta ou marrom escuro contendo lascas de quartzo e cerâmicas caracterizadas por policromia, incisos e modelados. Entretanto, as decorações são menos “rebuscadas” do que na Amazônia central (Almeida 2013; Zuse 2014; Zuse et al. 2020; Costa 2016; Kater 2018, 2020). Miller (1987) provavelmente confundiu esses contextos com o da Tradição Policroma da Amazônia – TPA (ver

Almeida 2013). O milho (*Zea mays ssp.*) talvez tenha sido introduzido no alto Madeira por esses grupos (Neves et al. 2020), onde o seu cultivo aparece associado a contextos Pocó-Açutuba no sítio Teotônio (Watling et al. 2020). Essas ocupações antigas são parte de uma macro expansão que envolveu os principais rios e algumas áreas de interflúvios da Amazônia, um movimento de busca por certos ecótonos que foi responsável pelas primeiras alterações visíveis na paisagem por meio de estruturas de terra e manejo de plantas em grande escala (Neves et al. 2014). Tais movimentos sugerem que por trás da expansão da Tradição Pocó-Açutuba pode estar diversas relações interétnicas mediadas por povos de línguas Arawak (Lima 2008; Neves et al. 2014), assim, os principais rios amazônicos encontravam-se integrados em uma ampla rede de comércio de longo alcance que envolvia emulação e incorporação resultando na reprodução de uma identidade regional comum (Eriksen 2011).

Outros grupos ceramistas continuam surgindo no alto Madeira durante o primeiro milênio de estabelecimento dos Pocó-Açutuba, o que parece reforçar as relações horizontais que eles estabeleceram com os outros (Neves et al. 2014), tais como os produtores da cerâmica Santa Paula no sítio homônimo e da Tradição Jamari no rio de mesmo nome (ver abaixo). Mas é preciso observar que, paralelamente, ocupações pré-ceramistas (lascas de quartzo e percutores de granito) ocorrem no sítio isolado Serra da Muralha em 300 AC (Miller 1987). Pelo registro de terra preta no topo da serra talvez esses grupos já fossem os construtores do muro de pedra que contorna o lugar. No início da era comum, a Tradição Pocó-Açutuba aparece concomitantemente à cerâmica Morro dos Macacos (Kater 2020; Zuse et al. 2020), à indústria identificada isoladamente (i.e., não aparece em nenhum outro sítio) no sítio Nova Vida (Almeida 2013) e à cerâmica denominada “Barrancóide” por Zuse (2014) e renomeada “Santo Antônio” por Costa (2022) (Tabela 1). Esta última possui ocupação mais densa entre 400 e 1.000 DC, sempre em terra preta com padrões de assentamentos que podem variar entre circular ou semicircular com montículos, contendo feições, líticos de lascas de quartzo e lâminas de machado de granito, fragmentos cerâmicos e vasilhas inteiras que se infere ser urnas funerárias (Zuse 2014; Pessoa 2015; Bepalez et al. 2020; Costa, 2022). Há continuidades notáveis com a antecessora Pocó-Açutuba, a principal delas é a reocupação de lugares previamente modificados, tal como ocorreu com a Tradição Borda Incisa na Amazônia central (Lima 2008; Neves 2012; Moraes 2013). Dentro desse emergente contexto multicultural pode-se destacar os agrupamentos de

sítios que surgiram no entorno das cachoeiras de jusante do alto Madeira, Teotônio e Santo Antônio (Zuse 2014; Almeida e Kater 2017). Neles a presença de materiais “isolados” (i.e. conjuntos que ocorrem em baixa densidade), por vezes classificados como de indústrias distintas dentro das camadas cerâmicas Santo Antônio contribuíram para conferir aos sítios a categoria de “heterogêneo” ou “misturado”. Tal heterogeneidade tem sido interpretada por diferentes pesquisadores (Zuse 2014; Almeida e Kater 2017) como sendo resultado de visitas de diferentes povos à grande e piscosa cachoeira do Teotônio, também conhecida com o topônimo Tupi-Guarani “Iaguerites” (Kater 2018).

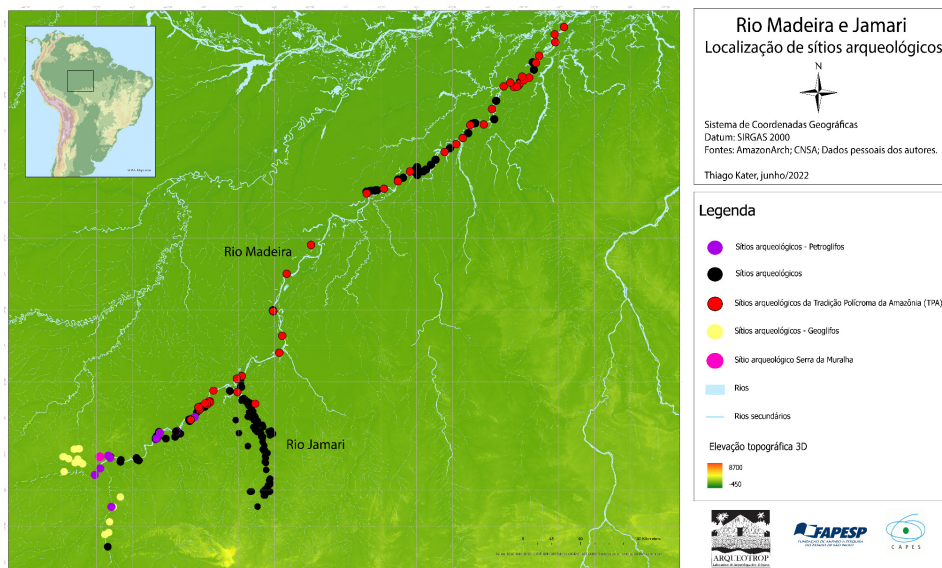
Tabela 1: Indústrias cerâmicas do alto rio Madeira.

Conjunto	Período (anos AC/DC)	Provável família linguística associada	Cerâmica
TPA	750 - 1.800 DC	Tupi-Guarani	
Dionísio	1.000 - 1.300 DC	Pano (?)	
Santo Antonio (anteriormente Barrancoide)	400 - 1.000 DC	Arawak	
Morro dos Macacos	150 - 350 DC	?	
Jamari	550 AC - 1.720 DC (Rio Jamari) 350 - 1.000 DC (Rio Madeira)	Tupi-Arikém	
Pocó-Açutuba	1.500 AC - 500 DC	Arawak	
Santa Paula	Pré-Pocó-Açutba (?)	?	

Ainda em meados do primeiro milênio da era cristã, após o fim da produção da cerâmica Pocó-Açutuba, surge na Serra da Muralha os primeiros artefatos cerâmicos, oito fragmentos de paredes sem decoração, que poderiam ser chamados de “achados isolados” se não fosse as milhares de rochas de granito sistematicamente empilhadas que formam o muro que circunda uma área elipsóide de 300 m de diâmetro que qualifica o sítio

(Miller 1987). Na mesma época, no sítio Teotônio aparece a cerâmica Jamari (Kater 2020), de abrangência regional, e que também ocasionalmente aparece misturada com outros materiais arqueológicos provenientes de outros sítios do entorno. Esse material é identificado na mais densa camada arqueológica do sítio. Como essa indústria é pelo menos mil anos mais antiga no rio Jamari (cronologia entre ca. 550 AC a 1.720 DC), cuja foz dista aproximadamente cem quilômetros dali, pode-se inferir a realização de incursões de povos originários do rio Jamari à área das cachoeiras de jusante do rio Madeira. Durante essa ocupação, o milho segue presente, sendo também identificada a presença do ariá (*Calathea allouia*) (Watling et al. 2020). Nesse período (ca. 500 DC), em outros sítios do entorno, como o Santa Paula, na margem esquerda da Cachoeira do Teotônio, predomina a cerâmica Santo Antônio (Bespalez et al. 2020) associada a fitólitos de milho (Watling et al. 2020). Fato que parece reafirmar tanto o caráter multicultural e de interação indígena na região quanto o efeito gravitacional centrípeto que as cachoeiras como a do Teotônio possuíam regionalmente (Figura 2).

Figura 2: Sítios arqueológicos do rio Madeira e rio Jamari, com destaque para sítios com ocorrência da Tradição Policroma da Amazônia (TPA), em vermelho no mapa.



É só após o segundo milênio da era cristã que parece haver uma padronização estilística na área navegável do rio Madeira com a disseminação da TPA. Uma “data isolada” de 700 DC para essa tradição no sítio Teotônio

é a mais antiga na região e uma das mais recuadas entre os conjuntos TPA, pois a maioria das datações se concentra após o ano mil da era comum (Almeida 2013). Trata-se de um conjunto arqueológico encontrado em diversos lugares da planície amazônica, incluindo os rios Solimões e Negro (Belletti 2016; Tamanaha e Neves 2014).

Lathrap (1970) e Brochado (1984), com base em relatos históricos (Carvajal 1941 [1541]) que vinculavam cerâmicas policrômicas aos Omágua, falantes de língua Tupi-Guarani, relacionaram a TPA a essa família linguística. Entretanto, pesquisas linguísticas (Cabral 2007; Michael 2014) e arqueológicas (Almeida et al. 2021; Belletti 2016; Lopes 2018) posteriores têm indicado um cenário mais complexo em que a relação Tupi-Guarani/TPA se insere em muitos contatos, envolvendo possibilidades dessa indústria ter se movimentado como cerâmica de troca, assim como processos de tupinização. Tal abordagem pode igualmente ser empregada para o rio Madeira.

Valendo-se dos dados arqueológicos disponíveis à época, bem como de informações relativas à distribuição das populações indígenas pela América do Sul e Caribe, Lathrap (1970), em um primeiro momento, e Brochado (1984), posteriormente, criaram um modelo que conjugava a configuração espaço-temporal e tipológica das cerâmicas arqueológicas da Amazônia com dados oriundos da expansão e dispersão das línguas indígenas, assim como das fontes etno-históricas a respeito de sua cultura material – o que ficaria conhecido como modelo cardíaco. A premissa, vinda da tese de Sauer (1952), era de que a várzea amazônica era um ambiente extremamente fértil e permitiria uma intensificação da produção agrícola por parte das populações indígenas, o que, por sua vez, geraria sedentarização, dependência da agricultura e um consequente aumento populacional. Uma resposta viável à pressão demográfica e à necessidade de recursos criada nesses cenários seria a expansão dessas populações para novas áreas.

A produção cerâmica, seus atributos decorativos e morfológicos, seria um marcador correlato das sucessivas ondas migratórias desse movimento expansivo. Isto é, ao migrarem para novas áreas, as populações levariam consigo a prática agrícola e o padrão de produção cerâmica. Assim, a comparação de amostras cerâmicas de diferentes locais permitiria traçar como se deu esse fenômeno e quais foram suas rotas. Ao mesmo tempo, a tecnologia cerâmica no “centro de origem” se modificaria por conta de circunstâncias locais e permitiria “datar” cada uma das levas expansionistas.

A associação entre a TPA e os povos de língua Tupi-Guarani decorre, a princípio, desse modelo. Com base na bem conhecida e documentada cerâmica Omágua, no alto Amazonas, e Tupinambá e Guarani, no litoral atlântico brasileiro, Brochado e Lathrap perceberam elementos tecno-estilísticos em comum com a TPA, como certas formas, mas principalmente a policromia (na cerâmica Tupinambá e Omágua, sobretudo). Muita crítica foi feita a esse modelo, visto que os dados arqueológicos mais recentes não corroboram a antiguidade, a sequência de ocupação em áreas previstas por Lathrap e Brochado para que o modelo funcione, nem a relação direta e exclusiva entre TPA e povos falantes de Tupi-Guarani (e.g. Lima 2008; Neves 2012; Almeida 2013; Moraes 2013; Belletti 2016).

As hipóteses de Lathrap (1970) e Brochado (1982), pelo menos no que se refere a associação entre materiais TPA e línguas Tupi-Guarani foi seguida e reformulada por meio de novos dados de sítios da várzea amazônica. A presença da cerâmica TPA na superfície de contextos uni e multicomponenciais entre 1.000 e 1.700 DC, por vezes com padrões de assentamentos lineares e menos densos e extensos que as ocupações antecessoras, foi interpretada como uma expansão que envolveu guerra e desarticulou sociedades organizadas regionalmente (Neves 2012; Moraes 2013; Tamanaha e Neves 2014).

No baixo rio Madeira, valas defensivas protegendo a área de habitação de terra preta no sítio Vila Gomes, em Borba, associadas à contínua ocupação dos grupos em posse da cerâmica Axinim (ca. 700 – 1.300 DC) da Tradição Borda Incisa (Moraes 2013), mostra que a expansão da TPA encontrou alguns redutos de resistência. O contraste entre essas duas indústrias é visível em urnas funerárias que foram utilizadas em enterramentos secundários: vasilhas utilizadas como urnas Axinim possuem protuberância no bojo ou morfologias “naviforme” com decorações incisadas ou apliques zoomorfos, podem ter um furo na base, e no interior de algumas delas contém crânio humano; ao passo que as urnas TPA são antropomorfas, modeladas, possuem pintura vermelha e preta sobre branco contendo ossos humanos e de fauna incinerados (Miller 1987; Rapp Py-Daniel 2015).

Um reflexo do predomínio da TPA pela calha do Madeira é que conjuntos, como Santo Antônio e Morro dos Macacos, já não são identificados nesse período. A Tradição Jamari, por sua vez, desaparece no sítio Teotônio e volta a se concentrar apenas no rio homônimo, predominantemente acima da cachoeira de Samuel. A proximidade entre o final da cronologia da

Tradição Jamari no século XVIII e o início de relatos históricos de povos falantes de línguas Tupi-Arikém no médio Jamari no começo do século XX, permite sugerir uma relação entre esses povos (Arikém e Karitiana) com o registro arqueológico dessa tradição cerâmica (Miller 2009; Almeida 2017).

Apesar da existência de uma incrível consistência temporal entre os materiais cerâmicos da Tradição Jamari, as pesquisas de Miller e colegas (1992) na Cachoeira de Samuel revelaram a presença de fragmentos cerâmicos com tratamentos de superfície pintados e acanalados mais semelhantes aos da TPA do que à Tradição Jamari. Tal constatação, levou à inferência de que esses elementos “isolados” dentro da indústria Jamari foram erroneamente interpretados por Miller (op cit.), que teria simplesmente os incorporado como elementos das indústrias locais. A hipótese alternativa é de que esses fragmentos isolados representam redes de contato no entorno da cachoeira de Samuel, envolvendo produtores de cerâmica TPA (visitantes) e produtores locais de cerâmica Jamari (Almeida 2017). Ou seja, parece haver uma ampliação dos entroncamentos de contatos culturais que envolveriam cachoeiras também dos rios secundários da região.

Nesse sentido, outro exemplo de incursões de produtores de cerâmicas TPA para outras cachoeiras parece ter se materializado no sítio cemitério Aldeia do Jamil, encontrado na cachoeira de Jirau (Moutinho e Robrahn-Gonzalez 2010), em que os produtores de TPA realizaram atividades rituais funerárias. Fato análogo com uma prática de alguns povos Guarani de não habitarem os lugares em que seus mortos foram ou são enterrados, uma vez que estes podem dar origem à certas entidades perigosas (Eremites de Oliveira 2015). Se o mesmo se aplica para os produtores de cerâmica Polícroma, nos encontramos defronte a uma questão curiosa: ao mesmo tempo em que esses povos enterravam seus parentes em sítios distantes, eles reocuparam sítios em que outros povos haviam vivido e enterrado os seus mortos, como no caso Hatahara, na Amazônia central (Rapp Py-Daniel 2010).

O sítio Teotônio contribui para essa discussão, visto que ali não foram identificados enterramentos vinculados com a TPA, indústria que se encontra sobreposta a outros conjuntos cerâmicos. Dentre essas indústrias pode-se destacar o conjunto Dionísio, uma cerâmica regional cuja presença no sítio Teotônio está basicamente restrita a prováveis urnas funerárias. A cronologia da ocupação Dionísio para outros contextos em ilhas fluviais no rio Madeira sugere que ela estaria situada entre ca. 1.000 e 1.300 DC (Costa,

2016, 2022), período este que coincide com o início da ocupação da TPA no sítio Teotônio. Ou seja, se essa cronologia se aplicar para o sítio Teotônio, nos deparamos com um cenário, por volta do ano 1000 DC, em que os ocupantes do local, produtores de cerâmica TPA, provavelmente “isolavam” seus mortos longe dali rio acima, ao mesmo tempo em que receberam os mortos dos produtores de cerâmicas Dionísio em seu solo (Kater et al 2020). As análises arqueométricas de Costa (2022), mostraram que esses “artefatos isolados” dentro do sítio Teotônio, no caso, urnas da tecnologia Dionísio, possuem assinaturas isotópicas das indústrias cerâmicas Santo Antônio e TPA, confirmando o caráter híbrido de produção e utilização por meio de relações de convivialidade. Essa conclusão é importante visto que as práticas mortuárias e a disposição das estruturas funerárias no alto Madeira possuem alta variabilidade desde contextos arqueológicos do ano 1.000 DC até os registros históricos e etnográficos, o que muitas vezes é entendido como diferenças étnicas (Ribeiro 2018).

Se há elementos isolados dentro dos sítios localizados na Cachoeira do Teotônio, o mesmo pode se dizer quanto ao entorno desses sítios. Por exemplo, pesquisas de consultoria ambiental (Scientia 2010), ligadas à abertura de acessos e construção de uma nova vila para pescadores, permitiram identificar diversas ocorrências em um raio de 5 quilômetros ao redor de sítios (Teotônio, Santa Paula e Foz do Jatuarana) localizados nas proximidades dessa cachoeira. Tais ocorrências incluíam identificação de manchas de terras pretas ou marrons sem material arqueológico, fragmentos cerâmicos ou peças líticas. Sozinhas, tais ocorrências possuem pouco significado. Entretanto, se pensadas quanto à sua relação com o sítio é possível interpretar que boa parte dessas ocorrências estaria ligada a diferentes atividades realizadas por pessoas mais distantes da cachoeira e das aldeias com terras pretas. A mais clara delas, evidenciada pelo sedimento escuro sem material arqueológico, seria a abertura de áreas de roçado no fundo das áreas de habitação. A presença de um pão de índio (cf. Mendes dos Santos et al. 2021) – alimento estocado para um futuro uso, quem sabe para alimentar um desconhecido! – a uma distância um pouco superior a 5 quilômetros do sítio Foz do Jatuarana, por sua vez, parece indicar a realização de atividades mais distantes de casa por parte de ocupantes desses sítios. É literalmente a evidência de uma paisagem temporariamente abandonada que oferece recursos para ocupantes sucessores, como são caracterizados os lugares persistentes (Schlanger 1992: 99).

A intensificação de trabalhos arqueológicos na área em que foram encontradas outras ocorrências levou à equipe de pesquisa da Scientia Consultoria (2010) a identificar um possível sítio outrora documentado por Eurico Miller e que havia passado por um processo de erosão: o sítio Pedral do Carneiro. Trata-se de um exemplo semelhante ao da localidade de Belmonte (UTM 20L 413080 9047890), encontrado em 2001 por Eduardo Neves. O local foi inicialmente identificado como um sítio arqueológico e foi vinculado pelo arqueólogo (Neves, com. pessoal, 2008) à TPA. Em 2008 o sítio foi revisitado. Na ocasião, o que outrora fora um sítio, agora havia desaparecido, desbarrancado pelo rio Madeira, tendo se transformado em uma mera ocorrência de alguns fragmentos cerâmicos (Figura 3).

Figura 3: Mapa com as ocorrências identificadas no entorno da cachoeira do Teotônio e o material encontrado no entorno do sítio Belmonte, “rebaixado” para ocorrência

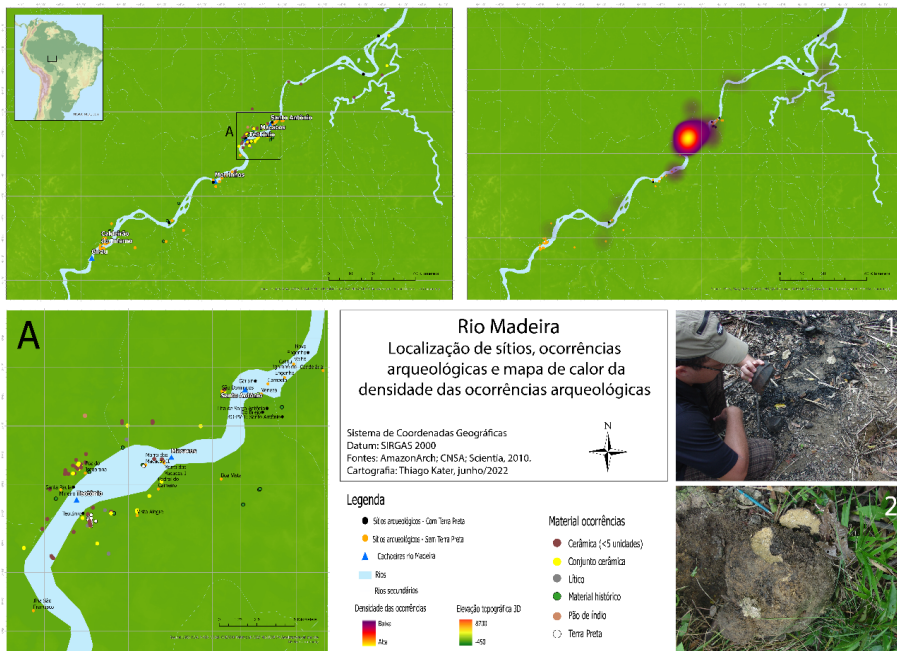


Foto 1, Fernando Almeida, 2011

Foto 2 - Pão de índio identificado próximo a BR-319, Fernando Almeida, 2009.

Para além dessa área, nas cachoeiras a montante do rio Madeira encontramos “isolados” não em ocorrências, mas em uma série de fases arqueológicas (i.e., conjuntos materiais restritos no tempo e espaço) que foram identificadas por Miller (1987). Esse material arqueológico

identificado no contexto dessas cachoeiras, como as fases ceramistas Ribeirão e Jaciparaná, são, a princípio, conjuntos que não dialogam com o que se tem mais intensamente pesquisado a jusante (Moraes 2013; Zuse 2014), ou em qualquer outro lugar. Ainda que seja importante ressaltar que essa é uma das áreas menos conhecidas arqueologicamente em todo o rio Madeira, a fase Ribeirão, identificada no sítio homônimo na margem direita da cachoeira também de mesmo nome (Miller 1987), está isolada em relação ao que melhor se conhece rio acima (Jaimes-Betancourt 2010; Zimpel e Pugliese 2016). De certa forma, portanto, as cachoeiras, tanto no Madeira como em alguns de seus afluentes (Jamari), parecem marcar uma fronteira entre um mundo com ligações mais claras com áreas centrais da planície amazônica e uma área aparentemente mais fragmentada, de imensa diversidade cultural, localizada rio acima das cachoeiras de jusante (Neves et al. 2020).

Em síntese, os dados arqueológicos sugerem que, no milênio que antecedeu a invasão europeia, houve uma possível alternância de grupos Tupi – Arikém (Jamari) e Tupi-Guarani (Tradição Polícroma da Amazônia) – na cachoeira do Teotônio (vide as ressalvas no próximo tópico). É ainda mais difícil tentar relacionar os demais conjuntos a famílias linguísticas regionais, mesmo que se defenda que o conjunto Pocó-Açutuba seria ligado a falantes de línguas Arawak (Neves et al. 2014), e já tenha sido sugerido que o conjunto Dionísio poderia ter uma conexão com populações falantes de línguas Pano (Neves et al. 2020; Zuse et al. 2020).

Seja como for, o processo dispersivo de populações produtoras de cerâmicas da Tradição Polícroma, ainda que não tenha envolvido a movimentação de pessoas, mas sim de um esquema estilísticos duradouro caracterizado por grafismos de corpos e seres (Belletti 2016; Vassoler 2016; Oliveira 2021), depositados em diferentes padrões de assentamentos com evidências de manejo de palmeiras de urucuri (*Attalea excelsa* Mart.) e marajá (*Pyrenoglyphis marajá*) - (Miller 1992; Almeida 2013; Zuse 2014; Pessoa et al. 2020), atingiu um predomínio no rio Madeira. Essa padronização cultural não se estendeu para os tributários e as cachoeiras de montante onde há sinais de contatos, mas não de assentamentos duradouros. Durante o período colonial, pode-se observar um fenômeno semelhante durante os séculos XVIII e XIX, vinculados à dispersão dos povos Tupinambarana, Mura e Munduruku pela parte navegável do Madeira. Os tributários e cachoeiras de montante, mais uma vez, se manteriam relativamente isolados dos invasores até o auge caucheiro.

3. Etno-história

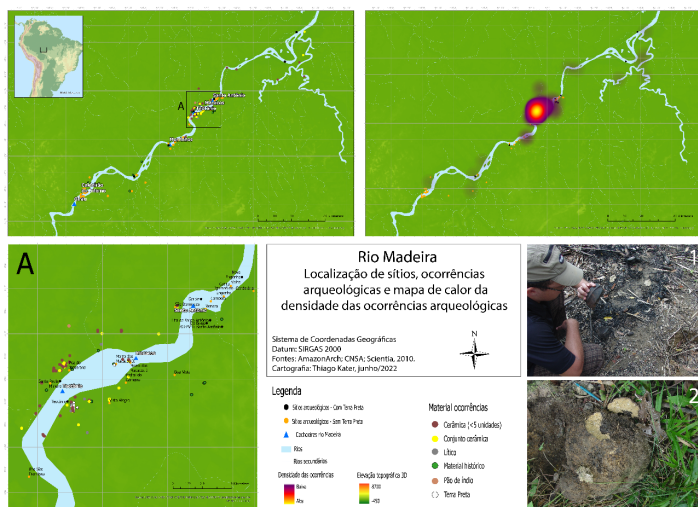
A documentação histórica indicando a presença de povos indígenas falantes de línguas Tupi no curso do rio Madeira (Kok 2017) reforça a leitura arqueológica que aponta para a presença deles no período pré-colonial da região. No entanto, por mais que essa hipótese não seja descartada, é necessário advertir que não se deve pleitear uma continuidade histórica direta entre as populações produtoras da cerâmica TPA e os Tupi-Guarani contemporâneos, habitantes do rio Madeira, pois não há, até agora, subsídios e dados suficientes para isso. Trata-se de um conjunto de histórias Tupi, mas também de relações que eles estabeleceram com os “outros” ao longo do tempo, e que dão interessantes indicativos sobre suas estratégias de ocupação ou pelo menos sobre suas autonomias frente às investidas coloniais e de povos expansivos, como os Mura que se “agigantaram” e induziram processos de transformações de identidades étnicas por meio da “murificação” (Amoroso 1992).

Foi esse panorama que o antropólogo Miguel Menéndez encontrou nas fontes etno-históricas da área Tapajós-Madeira. Por meio de uma análise minuciosa dos etnônimos, o autor redesenhou o quadro de mobilidade indígena, sobretudo, relacionado aos Tupi, reconstituindo hipoteticamente os itinerários desses movimentos marcados por diferentes interações que envolveram hostilidades, trocas e alianças (Menéndez 1981, 1982, 1992). Essas histórias de contatos interétnicos são fundamentais para compreender se a posição de grupos arredios que se refugiaram contra o avanço colonial pode se articular de alguma maneira com a situação dos povos isolados no presente, tendo sempre em mente que o isolamento é efeito do contato (Gallois 1992). Ainda assim, pode-se indicar que o quadro de coesão do material etnográfico é fragmentado, disperso e pouco sistematizado (Vander Velden 2010); e a história de alguns coletivos às vezes se resume à menção do etnônimo em determinado espaço geográfico, podendo ser de natureza duvidosa (Ramirez 2010). Esses problemas são visíveis quando se tenta agrupar a multiplicação dos etnônimos no rio Madeira nos últimos quase 400 anos, nomes que remetem a famílias linguísticas específicas e denominações desconhecidas, possivelmente de grupos indígenas isolados respondendo de diferentes maneiras as frentes do expansionismo colonial (Leonel 1995: 17-20).

A imagem que emerge do rio Madeira no século XVII não foge à regra das crônicas que retratam povos demograficamente numerosos que

detinham certo poder sobre outros na várzea (Figura 4). Os primeiros relatos são trazidos por membros da expedição de Pedro Teixeira, que subiu o rio Amazonas desde Belém até Quito. Os viajantes encontraram a grande ilha junto à foz do rio Madeira toda povoada de Tupinambá ou Tupinambarana, falantes da língua geral, que teriam migrado de 84 aldeias em fuga da colonização portuguesa, em menos de 50 anos, do litoral de Pernambuco em direção aos Andes, na busca do “paraíso terreal” ou “terra sem mal”. No entanto, durante a viagem, parecem ter se fixado em alguma área próxima às cabeceiras do rio Madeira onde estabeleceram contatos com espanhóis, mas certa vez, “um espanhol açoitou um deles que havia matado uma vaca sua, aproveitando-se da facilidade do rio, lançaram-se todos em suas correntezas, vindo a dar na ilha que atualmente habitam” (Acuña 1994 [1639]:173). Nessa região sazonalmente alagada, repleta de lagos e furos, os Tupinambá – descritos como vingativos e antropófagos – haviam sujeitado ou afastado “nações” inteiras por meio das guerras que impuseram; com o tempo, os casamentos entre esses Tupi e os outros grupos tornaram-se comuns, criando aparentamentos (Heriarte [1662] 1874:41-42).

Figura 4: Etnônimos do rio Madeira relatados para o século XVII.



O padre Cristóbal de Acuña (1994 [1639]: 171) fornece 20 etnônimos relacionados ao rio Madeira e ao entorno, incluindo os Tupinambá. Seis desses etnônimos encontram-se no mapa que Nicolas Sanson elaboraria anos depois com as informações provenientes do *Nuevo descubrimiento del gran río de las Amazonas* (Cintra e Oliveira 2014). Na área do baixo rio Madeira estavam os Zurina, Cayana, Urirahau, Anamari, Guatinuma,

Curanari, Erepunaca e Abacaxis. E de oeste para leste, acompanhando a barra meridional da Ilha de Tupinambaras, Acuña fala dos Zapucaya, Urubutinga, Guaranaguaca, Maragua, Quimau, Burai, Punouy, Oreguatu e Apera. Os Tupinambás deram notícias ainda dos Guayazi e Mutayu que viviam mais para a terra firme; é interessante notar o circuito de contatos em que os Tupinambá estavam envolvidos, tendo em vista as transações de machados de pedra com os Mutayu, assim como o comércio de sal com um grupo vizinho com quem mantinham relações pacíficas, possivelmente os Tapajó (Menéndez 1981: 39, 93-95).

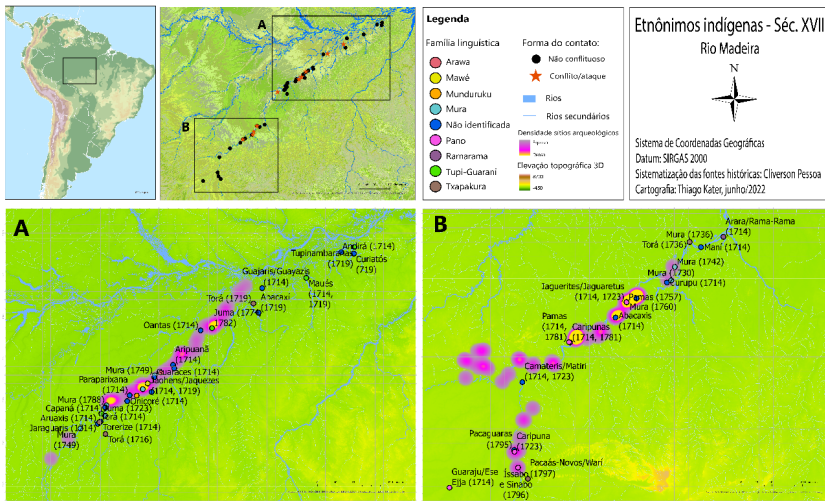
Essa rede seria profundamente afetada pela ação missionária que administrava os descimentos indígenas (Chambouleyron e Bombardi 2011), principalmente porque os portugueses acompanhavam de perto esses aldeamentos, “registra-se frequentemente a presença do leigo nas aldeias mantidas por aqueles religiosos” (Menéndez 1981: 44). Com efeito, o avanço dessas missões se fez sentir com a Aldeia de Tupinambaranas em 1660, a Aldeia de Santa Cruz dos Andirazes em 1678 e, subindo o rio Madeira até o Matauará, alcançou a “nação” dos Irurizes fundando entre eles aldeamento de mesmo nome em 1688. O padre Felipe Bettendorff (1910) forneceu detalhes da vida social dos Irurizes que era constituída por cinco extensos grupos chamados Aripuanã, Iruri, Paraparixana, Onicoré e Tororise/Surury, cada um governado por “principais” tendo ao menos 20 aldeias de “vassalos” distribuídas na margem direita e em uma grande ilha fluvial do rio Madeira, que dividiam com seus inimigos Jaqueze e outros grupos (Cypriano 2007). Jaqueze é um etnônimo para os Mawé (Porro 2007), e logo se conclui que seriam falantes da família linguística homônima. O grupo indígena Iruri não falava Tupi e à época desses primeiros contatos, estavam envolvidos em um circuito de guerra e comércio com grupos no Rio Negro (Menéndez 1981).

A viagem do padre Samuel Fritz em 1691, e mais particularmente o seu mapa, apontam os Iruri ainda no Maturá, os Aripuanã e os Arara no baixo rio Madeira, os Guayaris ou Guayazis na Ilha de Tupinambaranas, os Papateruanas no baixo rio Abacaxis, os Abacaxis no alto curso do rio homônimo, os Tupinambaranas no rio de mesmo nome, e os Curiatós no interflúvio do rio Tupinambaranas (Menéndez 1981: 45). A movimentação aqui parece ser de deslocamento dos Guayazi para a banda ocidental da Ilha de Tupinambaranas, assim como dos antigos habitantes dessa ilha para a barra meridional de furos e lagos, região para a qual o padre Rodrigues fornecerá 51 etnônimos (Serafim Leite 1943). Uma vez concentrados no aldeamento, os Irurizes ficaram vulneráveis aos portugueses que coletavam

cacau e cravo, e é fato que escravizaram indígenas quando o padre teve que se ausentar da missão e ela ficou abandonada (Serafim Leite 1943). Em 1696 a missão de Abacaxis aparece no baixo rio Madeira, os Iruri caem doentes e muitos são transferidos para esse aldeamento (Bettendorf 1910), episódio que coincide com o surto epidêmico de bexiga e sarampo no baixo Amazonas, assim como a demanda por novos descimentos (Chambouleyron et al. 2011). É possível, seguindo Noelli (2021: 224) – que apontou para a letalidade provocada pelo colonialismo nas missões jesuíticas entre os Guarani – sugerir, que o contágio era reconhecido pelos missionários, que percebiam a vantagem de atuar entre comunidades contaminadas. Nesse sentido, Bettendorff (1910) se referia a missão dos Irurí como “terras mui doentias”.

A carta do padre Bartolomeu Rodrigues na Aldeia de Tupinambarana, enviada ao padre Jacinto de Carvalho sobre o “gentio dos dilatados sertões do rio Madeira” no ano de 1714, mostra uma relação de 26 etnônimos em ambas as margens, especialmente na direita (Serafim Leite 1943; Figura 5). Porém, a localização de muitos deles em termos mais precisos só é acompanhada em fontes posteriores, juntamente com sua afiliação linguística, como os Mura (família linguística Mura), Purupurus (família linguística Arawa), Jãoens/Jaqueze (família linguística Mawé), Torá (família linguística Txapakura), Aruaxis/Aruá (família linguística Mondé), Arara/Karo (família linguística Ramarama), Caripunas (família linguística Pano), Pamas (família linguística Arawa) e Guarajus/Ese-Ejja (família linguística Pano-Takana) (Menéndez 1981; Dixon 2006; Cypriano 2007; Ramirez 2010; Jolkesky 2016). Alguns desses nomes são até mencionados posteriormente na forma de etnotopônimos como o rio Capanás e a Cachoeira dos Jaguaretus/Iaguerites (Teotônio), ou com pequenas mudanças nos etnônimos como em Manis/Mamí e Camateris/Matiris (Menéndez 1981), mas não se sabe que línguas esses grupos falavam. Os nomes que não voltam a se repetir em fontes posteriores são os seguintes: Oantas, Guajaris/Guayazis, Guareces, Jaraguari, Abacaxis (antigos Chichirinins), Curupu e Pureru. Esta proliferação de “nações” dá vazão a alta densidade populacional, descritas como numerosas, populosas e multidões. Tais grupos não se encontravam tão dispersos, aliás, alguns deles coabitavam o mesmo território, a exemplo dos Torá, Aruaxi e Jaraguari, enquanto os grupos da nação dos Irurizes e Anhangatininga são declarados como poucos na floresta (Serafim Leite 1943: 393-394).

Figura 5: Etnônimos do rio Madeira relatados para o século XVIII.



Para o rio Aripuanã, Rodrigues menciona os Jacaréguá, Cujés e Tituans, ao passo que para a barra meridional de Tupinambaranas, o mesmo padre fornece 51 etnônimos distribuídos nos rios Capaná, Guarinamã, Maués, Andirá, Mariacoã/Tupinambaranas e Guamuru (Serafim Leite 1943: 394-95). Segundo ele, na embocadura desses rios já havia sido efetuado descimentos, e poucos desses nomes voltam a se repetir em fontes posteriores, sendo suas localizações em um mapa tarefa impraticável. Mas entre os grupos para os quais existem fontes posteriores encontram-se os Mawé, Andirá e Curiatós. Eles já haviam sido aldeados (Bettendorff 1910; Menéndez 1981), porém, em 1719 não estavam sob qualquer intervenção da igreja (Porro 2012). Os Tupinambás parecem ter exercido forte domínio sobre esses grupos a ponto de eles serem tupinizados (Menéndez 1992; Mano 2017).

Os jesuítas, ainda sem subir o rio Madeira, aldearam em 1719 os Iruri, Onicoré e Arara em Abacaxis e Canumá, e seus maiores inimigos eram outros indígenas não aldeados, os Iaoensi/Jaqueze e Abacaxi, antropófagos que viviam nas margens do rio Madeira e nas terras firmes do interior (Porro 2012: 771-72). Três anos antes, os Torá do médio Madeira atacaram as duas missões, tal como as embarcações de colonos portugueses coletores de cacau. Logo em seguida sofreram grave represália dos portugueses, quando alguns foram obrigados a aldear-se em Abacaxis e Porto Moz, foz do Xingu, mas a grande maioria continuou a ocupar o rio Madeira (Nimuendajú 1982; Menéndez 1992).

Os Tupinambarana continuavam assentados sobre o rio de mesmo nome, ou mais propriamente em um lago que leva hoje o nome de Uaicurapá, mas viviam também em outros lugares povoados por grupos desconhecidos, e eram confinantes dos Andirá e dos Mawé (Porro 2012). Algumas práticas dos Tupinambarana os aproximam ainda mais dos Tupi do litoral ou diminuem as distâncias sociopolíticas entre estes e os Tupi na floresta amazônica (Sztutman 2012: 145). Particularmente a situação de guerreiros que eram levados por um tubixaba de “poder mesquinho”, seguida do aprisionamento dos inimigos e do ritual de devoração de seu butim de guerra (Porro 2012: 766-67). Se no litoral seus inimigos eram preferencialmente um outro Tupi (Sztutman 2012: 147), na Amazônia, “são tidas como inimigas aquelas [“nações”] cujo idioma é diferente” (Porro 2012: 767).

A bandeira portuguesa liderada por Francisco de Melo Palheta em 1722 para subir o rio Madeira até a missão espanhola de Exaltación, como expedição oficial de reconhecimento, fez arraial em uma tapera dos indígenas Juma, falantes da língua Kawahiva, situados na margem esquerda defronte à ilha das Onças (Menéndez 1982: 298). Ao adentrar na região encachoeirada do Madeira, a bandeira trouxe à força uma família de indígenas Caripuna da floresta, que batiam com as mãos nos ouvidos para não ouvir a fala dos portugueses, possivelmente a língua geral (Pessoa e Costa 2014: 118). Segundo a narrativa da bandeira, os Caripuna eram parentes próximos dos Pama e Matiri/Camateri. A expedição deu notícias ainda dos Iténez/Moré no baixo rio Guaporé, falantes de língua(s) da família linguística Txapakura (Ramirez 2010).

Em 1725 foi fundada a Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras pelo padre João de Sampaio, para converter indígenas no alto rio Madeira. Esta missão, situada inicialmente a montante da foz do rio Jamari, foi transladada por três ou quatro vezes antes de se chamar Trocano no baixo rio Madeira, e aldeou os Ariquena, Baré, Pama e Torá; a razão das suas mudanças foram os ataques constantes dos Mura (Sampaio 1825 [1775]: 10; Serafim Leite 1943: 401-02; Porro 2011: 581). As hostilidades dos Mura foram iniciadas após um leigo português, que vivia na Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras, vender indígenas aldeados desse grupo como escravos em Belém. As mudanças eram sempre acompanhadas de precariedades, como o entrincheiramento da missão contra os Mura, mas em lugar insalubre, “o sítio não era propício a saúde dos índios” que tinha o histórico de dois contágios de varíola e sarampo (Hugo 1959: 60-61). Este fato reforça a escolha dos jesuítas por lugares onde “grassavam as epidemias” e que

os portugueses se aproveitavam dessas circunstâncias para escravizar os indígenas (Noelli 2021: 224-25).

Contra a belicosidade mura foi movida uma notícia-crime em 1738-39 pelos jesuítas pedindo à Coroa portuguesa para legalizar a guerra justa contra eles e abrir caminho para a exploração de cacau no rio Madeira (Amoroso 1992: 300). A devassa contra os Mura não foi levada a frente pelos interesses da Coroa em manter um clima hostil no rio Madeira de modo a não incentivar a sua navegabilidade que ficaria proibida até meados daquele século. Realmente, em sua travessia ilegal por esse rio em 1742, Manuel Félix de Lima, viajante de Mato Grosso, notou que os Mura haviam “exterminado” uma colônia de comerciantes de Belém que coletavam canela, salsaparrilha e cacau na foz do rio Jamari (Southey 1965: 298). Em 1749, a Real Escolta foi atacada pelos Mura duas vezes entre os rios Aripuanã e Ji-Paraná. Nessa viagem também foi apontada uma aldeia dos Torá, a montante do rio Ji-Paraná, onde os jesuítas instalaram a Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras, que também foi destruída pelos Mura (Fonseca 1826: 31, 37, 41-42).

As medidas da reforma pombalina, após o Tratado de Madrid, política que tomou a administração dos jesuítas dos principais núcleos de catequese na Amazônia, elevou imediatamente Trocano à condição de vila, que passou a se chamar Borba em 1756. O mesmo papel desempenhou a vila de Nossa Senhora do Salto Grande, na margem da Cachoeira do Teotônio, que foi criada no ano seguinte com o aldeamento dos Pama. Essas vilas funcionavam como entrepostos comerciais para apoiar os viajantes de Vila Bela e Belém que transitavam por esse rio, e que agora tinha abertura permitida para navegabilidade. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, declarou guerra aos Mura (Porro 2011: 580), mas Borba continuou sendo atacada não apenas por estes, como também pelos Juma que matavam e roubavam os “descuidados” nas roças (Sampaio 1825 [1775]: 11), enquanto os Mura destruíram e saquearam Salto Grande (Ferreira 2007 [1789]: 20). Uma outra vila, de nome Balsemão, seguindo a mesma política e objetivos, ainda seria criada na Cachoeira de Girau, mas os próprios Pama, que eram os indígenas aldeados, a destruíram em 1771 (Hugo 1959: 106-111).

A expansão territorial mura ganhou outros contornos na segunda metade do século XVIII, espalhando-se para além do Madeira e seguindo para os rios Solimões, Negro, Purus e Japurá (Amoroso 1992), alcançando também

a Ilha de Marajó quando atacaram a Aldeia de Araticu (Porro 2011). Não passavam, contudo, da foz do rio Jamari para cima, onde se encontram as cachoeiras do Madeira (Noronha 2006 [1768]: 43). Os fios dessa expansão envolveram atalhos por furos e canais fluviais que encurtavam as viagens, e era nesses ambientes que eles armavam emboscadas sobre alguma ponta de terra para lançar suas flechas de arcos que “excedem a altura de um homem” em direção aos inimigos nas águas (Noronha 2006 [1768]: 43; Sampaio 1825 [1775]: 12). Mas esse movimento rápido e de domínio das principais redes fluviais tem seus fundamentos na instituição da murificação, que consistiu em agregar indígenas de diferentes etnias ao coletivo mura, processo que desencadeou deserções das vilas e aldeamentos do rio Madeira e alhures (Amoroso 1992).

A desestruturação dessas vilas e as hostilidades contra elas compõem o protagonismo indígena frente à colonização portuguesa. Em meados do século XVIII as vilas de Itacoatiara e Silves, na Amazônia central, passaram a aldear muitos indígenas provenientes do rio Madeira transferidos dos povoados de Abacaxis e Canumá que foram atacados pelos Mura (Nimuendajú 1982 [1925]: 114). Isso significava total controle do rio Madeira pelos Mura e outros grupos, vedava a navegação portuguesa mantendo a autonomia desses povos frente às investidas coloniais.

Além dos Mura, o vigário geral do Rio Negro, José Monteiro Noronha (2006 [1768]: 43), menciona 11 nomes de “nações” mais conhecidas e distintas do rio Madeira. São elas: Arara, Marupá, Pama, Torá, Matanawí, Urupá, Tukumãfet, Mamí/Manis, Caripuna, Iuquí e Yauaretiuara. O autor não fornece uma localização precisa dos etnônimos, mas o quadro é interessante para lembrar da diversidade linguística, uma vez que a presença de povos falantes de línguas da família Txapakura pode ser identificada pelos Torá e Urupá, assim como das famílias Pano e Arawa, com os Caripuna e Pama, respectivamente (Nimuendajú 1982 [1925]; Menéndez 1982; Dixon 2006). O etnônimo Tukumãfet pode ser uma referência mais antiga do grupo de mesmo nome, falantes da língua Kawahiva, que é mencionado por Rondon nas cabeceiras do rio Branco, tributário do Aripuanã (Rondon e Faria 1948). Os Matanawí são grupos de língua isolada que seria posteriormente reencontrado no médio rio Maici, ao passo que Arara parece ser um etnônimo genérico de difícil associação, pois ele aparece em quatro lugares distintos do rio Madeira, sendo possivelmente grupos de línguas diferentes (Ramirez 2010).

A terceira expedição de Demarcação de Fronteiras do Tratado de Santo Ildefonso, enviada pela Coroa portuguesa, em seu percurso de subida ao rio Madeira foi vigorosamente atacada pelos Mura na foz do rio Anhangatininga. Esta expedição registrou também aldeias dos Caripuna e Pama, uma defronte à outra, a montante da Cachoeira de Girau (Almeida Serra 1857 [1782]), em uma certa oposição que lembra as aldeias mistas Pano-Arawak do rio Ucayali (Renard-Casevitz 1992: 205). Almeida Serra (1857 [1782]: 410) reconhecia a gravidade que era não ter autoridade sobre os Caripuna, sobretudo pela pilhagem que realizavam no rio Madeira, afirmando que poderiam ser um inimigo mais funesto aos portugueses do que os Mura.

As tentativas de aldear os indígenas nas cabeceiras do rio Madeira foram realizadas no fim do século XVIII não por portugueses, mas por espanhóis. O governador de Mojos, Miguel Zamora, incumbiu ao padre Francisco Xavier Negrete o trabalho de redução dos “bárbaros” das cachoeiras do baixo rio Mamoré em 1795. Negrete empreendeu três expedições e contactou os Pacaguara na Cachoeira de Bananeiras, e Íssabo e Sinabo na Cachoeira de Guajará-Mirim, todos falantes de línguas da família Pano; havia ainda evidências de outros povoados indígenas, pelo fato de que esses grupos contactados falavam de parentes, parcialidades ou inimigos (Villar et al. 2009). A tentativa de conversão terminou quando, na terceira expedição, em 1797, Negrete encontrou dois Pacaguara que relataram e entregaram ao padre duas varetas entalhadas que contabilizavam seus parentes mortos pelas epidemias do contato: foram mais 220 de ambos os sexos (Villar et al. 2009).

Desde as notícias de pacificação dos Mura, por volta de 1784, as suas hostilidades cessaram no rio Madeira. A expansão dos indígenas Munduruku, falantes de uma língua da família homônima do tronco Tupi, é apontada como uma das causas dessa pacificação (Nimuendajú 1982 [1925]: 115). De acordo com o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (2007 [1788]: 27-28), sua expedição teve encontros hostis com os Munduruku no rio Anhangatininga. Neste e nos rios Matauará, Arara e Aripuanã, o viajante relata ter visto muitas aldeias e taperas abandonadas após o conflito entre Munduruku e Mura; além disso, ele enumera diversas plantas e árvores relacionadas a esses antigos assentamentos, entre as quais encontravam-se o cacauero, pupunheira, caranaí, jutaí, mata-matá, pau-de-breu, flechal e castanheira, ainda hoje conhecidas por serem utilizadas de muitas maneiras por grupos indígenas isolados e conformam vestígios de seus modos de

habitar (Cangussu 2021; Villa 2022). Esse quadro é importante para contrastar com estereótipos de “agentes nocivos à agricultura” (Amoroso 1992: 303) ou “ciganos aquáticos” (Hugo 1959: 43) tão propalados contra os Mura.

Menéndez (1992: 290-91), aponta que essa expansão provocou a mobilidade não apenas dos Mura, mas incluiu diversos grupos, entre os quais estavam os Kawahiwa: Juma e Parintintin, que viviam “atrás de Borba, entre o Alto Canumã, o Baixo Aripuanã e as fontes do rio Maués” (Ramirez 2010: 33). A guerra Munduruku no rio Madeira atingiu também os Iruri, que se mudaram para o Lago de Autazes para viver “misturados” aos Mura e Torá, somando pelo menos 500 indígenas na localidade visitada por Antônio Carlos da Fonseca Coutinho, comandante do registro da vila de Borba (Ferreira 1974 [1788]: 143-46).

As hostilidades Munduruku contra outros povos do rio Madeira é anterior à aliança com os brancos que ocorreu a partir de 1795. A guerra tinha por objetivo adquirir prisioneiros (cabeças troféu), mas o seu prolongamento até meados do século XIX foi estimulada pelos agentes coloniais (Menéndez 1981, 1992). O domínio territorial dos Munduruku se tornou tão popular que Ayres de Cazal (1817) nomeou a região entre o Tapajós e o Madeira de “Mundurukânia”, habitada pelos célebres grupos que dão nome à comarca, além dos Jumas, Maués, Pamas, Parintintins, Mura, Andirás e Arara. Para a mesma região, Fernandes de Souza (1848 [1828]: 424-25) apresenta os seguintes etnônimos: Sapupé, Turucu, Caripiá, Mundurucu e Parintintins, os últimos sendo antropófagos e numerosos no centro de seus assentamentos.

Os Mura mantiveram total autonomia como pode ser visto em sucessivos abandonos a vida sedentária nas vilas em troca de uma vivência itinerante, esparsa por rios e lagos, em movimento, explorando recursos sazonalmente na terra-firme e na várzea (Roller 2021). Essa dinâmica de deslocamentos da vida social mura é vista ainda hoje em suas casas-flutuantes ou tapiris nas praias, trata-se de uma escolha pelo isolamento dos grupos domésticos (Amoroso 2013). Assim era a realidade de nove aldeias Mura distribuídas em 460 km ao longo do médio e baixo rio Madeira, desde Sapucairoca até Três Casas, sendo que na grande aldeia de Matupiri havia roças de manivas em terra firme (Souza 1848 [1828]: 426-27). Mesmo quando esses indígenas não eram os responsáveis pelos fracassos das vilas, eles estavam lá, reocupando as suas ruínas. É o caso da

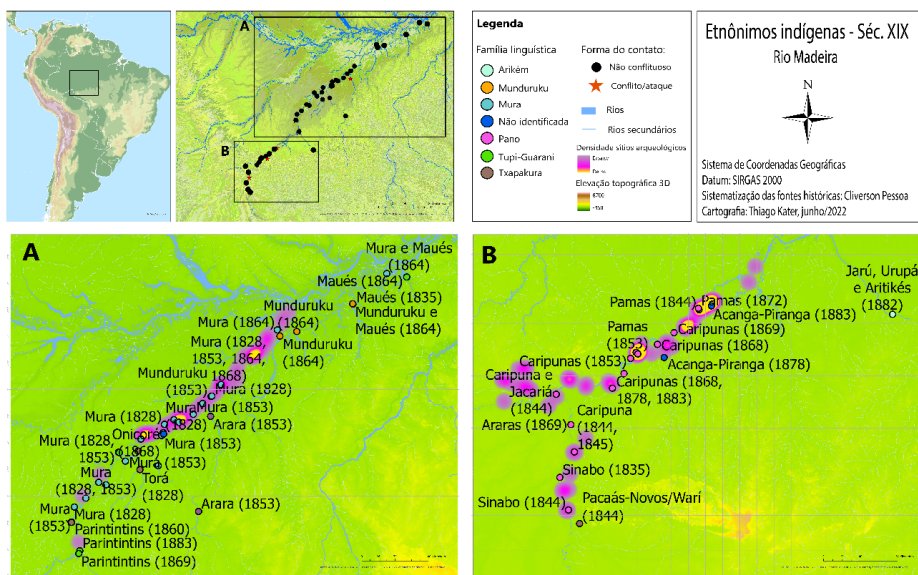
vila de São João do Crato, fundada primeiramente em 1757 em Manicoré com a mesma finalidade de entreposto comercial da vila localizada na margem do Teotônio naquele ano, que foi logo abandonada e refundada três vezes (1797, 1828 e 1858) no lugar onde hoje é São Carlos, na foz do rio Jamari, para se protegerem dos ataques dos Juma (Leonel 1995: 27); continuamente abandonada pelos brancos, Crato estava sempre na presença dos Mura (Hugo 1959).

É mais ou menos esse cenário que se encontra no rio Madeira quando eclode a Cabanagem em 1835. A adesão de muitos indígenas tapuios contra a pobreza e escravidão em que se encontrava a Amazônia do início do século XIX fez das aldeias ao longo dos rios um dos maiores focos de resistência, como foi o caso dos Mawé, que se rebelaram e tomaram a missão homônima (Souza 2009: 218). Os rebeldes atravessavam do alto rio Tapajós ao rio Maués, enquanto os moradores das únicas vilas do rio Madeira, Borba e Crato, abandonaram o lugar deixando para trás suas roças; os Mura, Munduruku e Mawé são alguns dos povos que aderiram à revolta, ao passo que os Abacaxi lutaram contra a Cabanagem (Bernardino de Souza 1874: 88-89; Menéndez 1992: 292).

O destino da revolta foi desfavorável para a maior parte dos nativos. Mas os povos indígenas no rio Madeira mantinham sua autonomia em um momento que o império brasileiro promulgava a única política indigenista durante todo o regime. Tratava-se de sujeitar aqueles grupos mais arredios ao aldeamento, visando claramente sua assimilação, uma vez que a prioridade tinha deixado de ser a mão-de-obra para ser a apropriação das terras (Carneiro da Cunha 1992b: 133, 138-39). Em publicações de periódicos do império se verifica a tentativa de incentivar os governantes locais a introduzir missões em territórios que eram ocupados unicamente por indígenas, como é o caso da relação de 66 “nações” que a Gazeta dos Tribunaes (1844) publica para a região de Mato Grosso, em que constam, como habitantes das cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré, os Pacaá-Nova, Sinabo, Caripuna, Jacariá e Pama. No início do século XIX tentou-se estabelecer um destacamento militar na Cachoeira de Ribeirão aldeando os Caripuna, mas eles se rebelaram contra a violência praticada pelo comandante militar e o assassinaram, migrando esse grupo para o rio Abunã, junto aos Jacariá (Gazeta dos Tribunaes 1844; Keller e Keller 1870).

Em meados do século XIX havia 12 aldeias Mura distribuídas ao longo do médio e baixo rio Madeira, além de terem reocupado Crato em aliança com os Torá (Figura 6). Os Mura eram vistos tanto como “mansos” que faziam comércio, mas por vezes eram rotulados como “bravios” por terem recommçado as “depredações” no Madeira contra vilas e missões, até mesmo contra seu próprio chefe, após 70 anos de sua pacificação (Hugo 1959:127, 130-31; Pinheiro 1972:52). Seja como for, a maior parte dessas aldeias continuou sendo ocupada no século XX, como documentou Nimuendajú (1982 [1925]: 116), o que reforça suas persistências. Os Munduruku tinham uma aldeia na foz do rio Aripuanã que impedia a saída de grupos mais arredios que atacavam o rio Madeira (Menéndez 1981: 77-78). Um desses grupos era dos Arara, antropófagos e possivelmente falantes de uma língua da família Txapakura, que habitavam a primeira cachoeira subindo o rio Aripuanã e costumavam descer até o Madeira, por vezes acompanhados dos Matanawí, fazendo assaltos e assassinatos entre os Mura e Munduruku (Pinheiro 1972: 54-55).

Figura 6: Etnônimos do rio Madeira relatados para o século XIX.



Em 1871 se funda a missão de São Francisco entre os Arara/Karo e Torá: havia chegado ali tardiamente o projeto da política indigenista do império e da Província do Amazonas, mas mal a missão tinha se assentado sobre um barranco na foz do rio Ji-Paraná foi acometida pelos

Parintintin, que crivaram de flechas um indígena Torá (Hugo 1959: 160). Na segunda metade do século XIX se tornam frequentes os ataques dos Parintintin entre os rios Marmelos e Ji-Paraná, o que ficaria conhecida como uma guerra ininterrupta de quase 80 anos que eles realizaram contra os brancos e outros indígenas (Bernardino de Souza 1874; Forte 1883; Nimuendajú 1924). Os franciscanos ainda fundaram uma segunda missão de nome Santo Antônio entre os Pama no lago Aruanã, em 1873, tentando alcançar os inimigos destes, os Caripuna, mas os Pama abandonaram a missão (Hugo 1959). Algumas pistas apontam que os Pama, após abandonarem os aldeamentos, continuaram ocupando o rio Madeira na altura da Cachoeira do Teotônio, de onde migravam aos seus campos de caça em direção ao rio Purus (Mathews 1879: 21, 43).

Nessa época, a presença de seringueiros brasileiros e bolivianos no rio Madeira era constante. Ao mesmo tempo, dezenas de ubás bolivianas iniciavam a penosa trajetória de descida e subida das cachoeiras para escoar a borracha pelo Atlântico. O violento contato ocasionado pela exploração e comércio extrativista do látex foi um processo que encerrou diversos modos de vida indígenas na região. Foi esse projeto econômico e os interesses colonialistas a ele atrelados que acabaram forçando o contato com os “selvagens irreduzíveis” das florestas do rio Madeira. Os obstáculos naturais para quem navegava este rio funcionaram como um gargalo nos encontros que envolveram conflitos entre os Caripuna que tinham aldeias nesses locais contra comerciantes e seringueiros, uma trama de assassinatos e vinganças de ambos os lados que se intensificou no auge caucheiro (Keller e Keller 1870: 10; Keller-Leuzinger 1875: 57, 61-62; Córdoba 2015: 190).

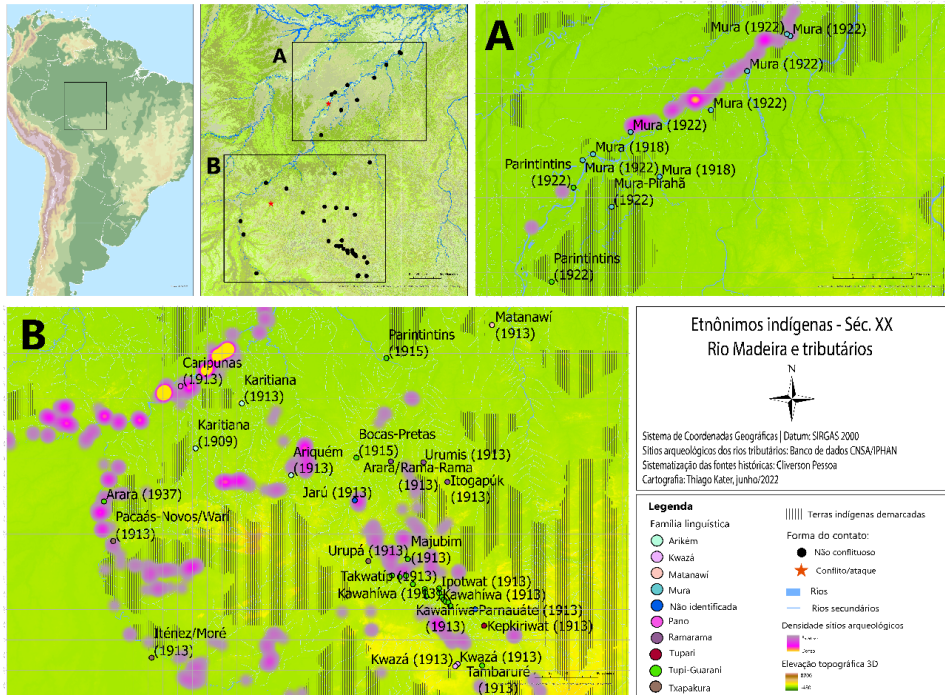
A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré fez parte do projeto de alargar as fronteiras territoriais do Brasil e alavancar a economia da borracha no alto rio Madeira. Mas a insalubridade, a malária, as relações de trabalho compulsórias e os ataques dos indígenas arredios foram os maiores obstáculos desse empreendimento (Hardman 1988). São registrados dois ataques dos Acanga-Piranga, “Cabeças Vermelhas”, aos alojamentos da EFMM em 1878 e 1883, que inicialmente se supunha ser obra dos Parintintin (Forte 1883; Craig 1947). Antes disso, têm-se notícias de que os Munduruku

havia atacado os Acanga-Piranga em 1857 na foz do rio Aripuanã, e de que estes últimos em 1878 estariam no rio Ji-Paraná junto aos Parintintin, do que se presume a subida desses grupos em direção às cabeceiras do Madeira (Menéndez 1981). Acanga-Piranga é mais um nome desconhecido, podendo se referir aos atuais Tupi Kawahiwa nos afluentes do rio Madeira ou até mesmo aos Karitiana da família linguística Arikém (Leonel 1995; Vander Velden 2010).

Como Menéndez (1981: 78) destaca, a carência de informações para o fim desse século deve-se à constante ação das frentes extrativistas e a ausência do governo e das missões, obrigando muitos grupos a aceitar ou recuar as pressões, neste caso deslocando-se para o interior. O autor avalia que as fontes para o rio Madeira na segunda metade do século XIX mencionam, praticamente, apenas Mura, Parintintin, Munduruku, Arara e Torá (Menéndez 1982). Embora os franciscanos não tenham conseguido se estabelecer por mais anos no rio Madeira, eles deixaram relações de alguns grupos nos seus principais afluentes: no rio Marmelos, Torá, Matanawí e Pirahá; no rio Ji-Paraná, Jarú, Cruaú e Parintintins; e no rio Jamari, Urutique/Aritikés, Urupá, Manacá, Uruturucú e Acanga-Pirangas (Hugo 1959: 160-61, 166).

Durante a instalação das linhas telegráficas que atravessaram o território de muitos grupos isolados no atual estado de Rondônia, entre os anos de 1907 e 1913, Cândido Rondon fez contatos amigáveis com três grupos Tupi Kawahíva no alto rio Ji-Paraná, os Paranawat, Takwatip e Ipotwat, mas outros numerosos grupos se mostravam arredios (Rondon 2003 [1915]). Lévi-Strauss (1976b [1955]) esteve na mesma região em 1938 e recolheu os etnônimos dos clãs do alto rio Ji-Paraná, fazendo-os chegar a 20. O antropólogo aponta que esses clãs falantes da mesma língua estavam dispersos por uma grande área, poderiam ser inimigos ou aliados, a aliança sendo alcançada por uma política de intercassamentos, ao passo que a guerra intervinha quando as alianças falhavam (Lévi-Strauss 1976a [1942]; Figura 7).

Figura 7: Etnônimos do rio Madeira relatados para o século XX.



No início do século XX, os Takwatip estavam espalhando sua hegemonia por todos os outros clãs Kawahiwa sob a liderança de um ambicioso chefe chamado Abaitará (Lévi-Strauss 1976b [1955]). Rondon (2003 [1915]) descreve que os Tupi do Ji-Paraná viviam em grandes aldeias com casas distribuídas no entorno de uma praça, utilizavam vasilhas cerâmicas de vários tamanhos, construíam pirogas de casca de árvore e tinham grandes roças, entre as quais notou-se a presença de banana e mamão, evidenciando a circulação de plantas ocidentais, mostrando mais uma vez relativa a ideia de isolamento (Gallois 1992). Os Takwatip dominaram o alto Ji-Paraná por mais uma década após a passagem de Rondon, pois Abaitará foi assassinado e o seu grupo caiu em “decadência” física e social depois do contato com seringueiros (Lévi-Strauss 1976a [1942]).

Durante a expedição de Rondon, um chefe Kepkiriwat chamado Putéquai lhe forneceu informações sobre 45 aldeias na margem esquerda do alto rio Ji-Paraná e seus tributários formadores, todas elas situadas em seu mapa (Rondon e Faria 1948: 183). Sabe-se que muitas dessas aldeias eram de grupos não Kawahiwa, como é o caso dos próprios Kepkiriwat (família linguística Tupari) nas imediações do baixo rio Pimenta Bueno; os Navaitê

(família linguística Nambiquara), situados a leste do rio Comemoração; os Aruá e Salamã (família linguística Mondé), localizados nas cabeceiras dos rios Rolim de Moura e São Miguel, e médio curso do rio Pimenta Bueno; assim como os Kwazá no rio São Pedro, um grupo de língua isolada. Independentemente da diversidade linguística, nota-se que povos hoje concentrados nas TI Rio Guaporé e TI Rio Branco (Mezacasa 2021; Vander Velden e Lolli 2021), estavam integrados no passado em um sistema regional entre o alto rio Ji-Paraná e o médio rio Guaporé compartilhando diversos elementos culturais, além da cestaria de marico que dá o nome ao complexo, esses grupos e seus subgrupos nomeados por zoonimos casavam-se entre si, tinham um estilo de vida que combinava o cultivo de plantas domesticadas e não domesticadas, caça e coleta, casas comunais redondas, consumo de chicha doce no cotidiano e chicha fermentada nas cerimônias, e os xamãs aspiravam rapé de angico (Maldi 1991).

Apesar da política humanitária, “pacificadora” e “protecionista” que trazia a figura de Rondon e o Serviço de Proteção aos Índios – SPI (Milanez 2015:46; Amorim 2022:38-39; Cangussu 2021:25), muitos desses contatos estabelecidos na primeira metade do século XX resultaram em “epidemias atroztes”, como a que atingiu os Arikém durante os primeiros contatos pacíficos após terem se refugiado no alto rio Jamari contra perseguições de seringueiros (Rondon 2003 [1915]). A história do SPI está repleta de colaborações e omissões relacionadas com a invasão de seringalistas e seringueiros a territórios de grupos arredios ou de recente contato. O precário trabalho desta instituição consistia em atrair e integrar esses indígenas a sedentarização, abrindo seu território a exploração da borracha (Leonel 1995). Os povos indígenas relacionados ao complexo cultural do marico foram alcançados por esse ocupar seringalista com a instalação de estruturas administrativas e a sua desterritorialização dos rios Branco e Mequéns, afluentes do rio Guaporé. Isso significou uma reformulação nas redes de trocas indígenas que passou a incorporar os seringueiros e seus bens, negociações e afastamentos eram as estratégias desses grupos para continuar resistindo (Mezacasa 2021).

Rondon chegou a juntar alguns sobreviventes Arikém dispersos e montou o Posto Rodolfo Miranda, que em 1945 seria transformado em colônia agrícola, onde hoje é a cidade de Ariquemes. Uma das contradições do protecionismo se refere a abrupta passagem de “isolado” a “aculturado”, que vai da atração às intervenções “civilizadoras” (Gallois 1992). O posto deveria ser um refúgio para indígenas que viveram em trabalho forçado

nos seringais, mas o seu estado de abandono, os trabalhos compulsórios e o contágio de doenças fizeram com que muitos indígenas que passaram por ali, além dos Arikém, como os Urupá, Kepkiriwat, Arara, Pacaá-Nova/Warí, Bocas-Pretas, Pimenteira, Corumbiara, e tantos outros, abandonassem a vida tutelada imposta e se tornassem novamente arredios e hostis (Leonel 1995). Esses casos realçam que as trajetórias que ligam isolamento e contato são reversíveis (Viveiros de Castro 2019:12), uma maneira de se defender, como aponta Milanez (2015:81): “a experiência lhes mostrou em algum momento que o contato foi destruidor”. Ataques de um grupo arredio contra seringueiros na margem esquerda do rio Ji-Paraná em 1965, foram atribuídos pelo SPI como liderados por dissidentes Caripuna, Karitiana ou Boca-Preta, indígenas “civilizados” que abandonaram a Colônia Rodolfo Miranda anos antes (Leonel 1995:93).

Um cenário multicultural ou multilinguístico foi o contexto no qual Nimuendajú (1924) também encontrou os Parintintin do rio Maici quando os “pacificou” em 1922. Eles mantinham hostilidades constantes contra os Munduruku, Mura, Mura-Pirahá, Torá, Matanawí e seringueiros. O etnólogo fez uma interessante comparação entre os Parintintin e os Tupi do rio Ji-Paraná contatados por Rondon. Outros diversos vestígios e relatos de grupos Kawahiwa isolados continuariam a aparecer e desaparecer nos afluentes do rio Madeira no decorrer do século XX.

São por vezes, etnônimos genéricos utilizados para designar mais de um coletivo. Esses grupos locais ou subgrupos são parte de um conjunto ou segmento que se encontra em diferentes situações de contato com a sociedade do entorno (Viveiros de Castro 2019). As evidências de sua presença foram documentadas pelo SPI e depois pela FUNAI, nesse caso, trata-se de povos Kawahiwa: os Odiahub/Jiahui e Apairandé no rio Ji-Paraná em 1928 e depois em 1941 à montante da Cachoeira do Paricá no rio Marmelos, fugiam do contato, somente os Pain, uma dissensão dos primeiros foram contatados pelo SPI em 1930; os Arara contatados em 1937 no rio Lage, perto da embocadura Mamoré-Beni onde está a Estação Vila Murinho da EFMM; os Bocas-Pretas expulsos em 1942 por seringueiros do rio Preto, afluente do rio Jamari; os Arara dos rios Capivari e Formoso foram contaminados após a pacificação pelo SPI em 1948 e mais de 300 foram mortos; os Karipuna foram perseguidos por expedições punitivas e depois, em 1976, finalmente contatados no rio Jaci-Paraná pela FUNAI, que achava se tratar dos Caripuna Pano, e apenas oito de 38 indígenas sobreviveram as doenças do contato (Leonel 1995; Peggion 2022).

As décadas de 1970 e 1980 foram ainda mais desastrosas para os grupos que viviam em isolamento nas florestas. Diversos projetos de infraestrutura promovidos pela ditadura militar atingiram o território desses povos na Amazônia, como os Tenharim e os Jiahui do rio Marmelos que tiveram suas moradias atravessadas pela transamazônica. São histórias tão recentes que os anciãos lembram de parentes que se separaram nas tensões do contato e fugas de trabalhos compulsórios, o que é reforçado por uma série de vestígios de grupos isolados que ainda aparecem em áreas próximas (Shiratori 2019). A luta pela retomada de territórios espoliados pelo Estado aponta para lugares significativos, imbuídos de sentidos míticos. São caminhos que levam a castanhais, aldeias antigas, locais de caça contendo vestígios de lâmina de machado de pedra e solos de terra preta (Peggion 2022).

Os grupos Uru-eu-au-au contados na década de 1970 no entorno da Serra dos Pacaás-Novos, depois de uma série de ataques e expedições punitivas foram contabilizados em até cerca de 1.000 indivíduos. São grupos que buscaram refúgio no alto das serras ou nas nascentes de rios depois de terem sido empurrados por frentes madeireiras, mineradoras, abertura de estradas, obras de expansão urbana, que fizeram com que os Kawahíva e outros tantos grupos arredios procurassem maior isolamento diante da expansão da sociedade ocidental (Leonel 1995). Tanto Nimuendajú (1924, 1982 [1925]) como Menéndez (1981) concordam que os Kawahiwa foram deslocados para essa região pelos Munduruku em fins do século XVIII, embora as rotas dos movimentos apresentada pelos autores sejam divergentes. Conforme relatos de viagens, Juma e Tukumãfet aparecem no registro histórico do rio Madeira no século XVIII antes da expansão Munduruku (Pessoa e Costa 2014). Os Juma estão reduzidos hoje a quatro indivíduos, eles foram massacrados em 1964 no Município de Tapauá/AM, bacia do rio Purus, a mando de um comerciante que queria se apropriar de seu território (Loebens 2019; Furquim, Cangussu e Shiratori neste volume).

Seja como for, os Kawahiwa do centro de Rondônia parecem ter sido empurrados por processos coloniais mais intensos no século XX, formando uma fronteira étnica bem delimitada com grupos Txapakura (Leonel 1995). Os Wari, falantes de uma dessas línguas, conhecidos historicamente como Pacaá-Nova, dividiam-se em subgrupos e foram igualmente impactados pelas frentes de expansão. Dentro de seu extenso território em terra firme dos interflúvios dos rios Pacaás Novos e Laje, afluentes do baixo rio Mamoré, eles deslocam-se em trilhas e reconhecem seu território em áreas de roças antigas ocupadas ou não por seus ancestrais. Observam

na paisagem modificada, palmeiras de urucuri e pupunheira, solos de terra preta com machados de pedra e cerâmicas, elaboram a partir desses vestígios e lugares um mapa mental de seu território tradicional (Vilaça 2006:62-63). Os Wari, diferentemente de outros falantes Txapakura, como Torá e Urupá, não dão indicações de terem habitado o rio Madeira e outros grandes rios.

Ao passo que Djaí, um chefe Uru-eu-au-au, tinha na memória que seu grupo veio há muito tempo do rio Madeira, seus antepassados estavam enterrados na Cachoeira de Montenegro no rio Jamari, e ele pontua que numerosas malocas Uru-eu-au-au distribuía-se anteriormente pelos rios Floresta, Candeias, Pacaás Novos, Cautário, São Miguel, Muqui, Jarú e Urupá (Leonel 1995:125). Parece que os Gavião e Zoró, falantes de línguas da família Mondé, e que ocupam tradicionalmente áreas de interflúvio, fizeram incursões até o rio Madeira no passado (Felzke 2017:19-20). Se levarmos em conta que os Aruaxi e Aruá contatados na primeira metade do século XX no rio Branco, podem ter alguma correlação com os Aruaxi que viviam com os Torá e Jaraguari, em 1714, no médio Madeira (Serafim Leite 1943), será mais um testemunho de outros Tupi nesse grande rio.

Esse quadro demonstra que a presença Tupi no rio Madeira, embora entendida como inequívoca, muitas vezes é dependente de fontes informadas por relatos lacônicos. A afiliação histórica e linguística dos etnônimos compõe um quadro de diversidade que foi gerado numa longa história de contatos no passado com fronteiras étnicas fluidas. Etnônimos genéricos e desconhecidos frequentemente dissimulam a diversidade linguística e cultural, embora alguns aqui citados referem-se a coletivos Kawahiwa que viviam em isolamento e presumivelmente possuem uma documentação fragmentária. Esses etnônimos sobre os quais pouco conseguimos dizer algo, se apresentam como nomes de grupos ou subgrupos situados no tempo e no espaço, são unidades indeterminadas linguisticamente, mas possuem um contexto histórico. Eles não deixam de compor o conjunto mais amplo da etno-história indígena. Podem ser, “pelo menos, a extensão do que não se sabe” (Carneiro da Cunha 1992a:11). Tal como os “achados isolados” da arqueologia, os etnônimos genéricos e desconhecidos quando colocados em agrupamentos mais amplos preenchem vazios, mostram como possibilidade a existência do “outro”, então, sublinhando a diferença. Eles no mínimo expõem os silêncios de documentos escritos.

Levando em consideração esses aspectos, nota-se como a distribuição dos etnônimos, entre outras coisas, reflete a busca por lugares específicos, certamente significativos e persistentes (Schlanger 1992; Almeida e Kater 2017). Desde o início da conquista, alguns grupos compartilharam o mesmo território ou o mesmo espaço, relações que resultaram em “misturas”, alianças e estreitamentos difíceis de acompanhar em fontes que não estão preocupadas com tais fatores socioculturais. Finalmente, a escolha pelo isolamento provavelmente ocasionou a subida desses grupos para as serras, nascentes e afluentes do rio Madeira. Tanto em um caso como no outro, a união e a dispersão podem ser estratégias de resistência, alternativas para manter a autonomia política e territorial frente à expansão colonial. Se esses povos reconhecem os vestígios arqueológicos na paisagem conforme se argumenta, os deslocamentos podem ter significado algo como um retorno à terra natal Tupi.

4. Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos problematizar a discussão sobre os isolados dentro de um universo de história indígena de longa duração e a partir dos pontos de vista da arqueologia e da etno-história. Conforme discutido acima, é preciso levar em consideração que os mundos ameríndios antes da colonização europeia conformaram um tecido social denso e em fluxo, e que o isolamento *stricto sensu* das etnias (i.e., o ato de evitar fazer contato) é, em grande medida, uma escolha política ou estratégia de sobrevivência dos grupos indígenas frente às consequências da expansão do capitalismo mercantil que levou ao desordenamento dessa complexa trama de relações (Carneiro da Cunha 1992b; Viveiros de Castro 2019).

Mas qual a profundidade histórica dessa estratégia? Seria ela apenas e exclusivamente fruto do efeito colonial, ou teríamos esboços desse artifício como parte integrante da história de populações ameríndias ao longo do tempo, arraigada a elas como outros elementos de longa duração já observados pela literatura arqueológica e etnológica?

No atual estado da arte, ainda não há uma resposta clara e definitiva. Estudos interdisciplinares mais detalhados desses contextos ainda precisam ser desenvolvidos. Entretanto, para essa seção final pretendemos traçar algumas considerações a respeito dessa discussão, respaldados pela experiência histórica dos povos indígenas no alto rio Madeira.

Os dados arqueológicos apresentados sugerem que mesmo no entorno

de lugares significativos e persistentes, como a Cachoeira do Teotônio, há momentos de maior ou menor interação social e integração entre os distintos grupos indígenas ao longo do tempo. Do ponto de vista da materialidade relacionada às práticas sociais desses povos no passado, como cerâmica, padrões funerários e de assentamento, bem como de transformação da paisagem, o que se percebe são períodos de maior compartilhamento de uma série de elementos comuns, enquanto outros podem indicar momentos de isolamento e pulverização. A intensidade, o gradiente e as razões tanto desses isolamentos quanto dos momentos de grande interação ainda são incertos.

Por exemplo, no final do período pré-colonial, a partir do século XI da era comum, o sistema multicultural existente no rio Madeira, no entorno das cachoeiras de Santo Antônio e Teotônio, teria sido desmembrado, ou culturalmente homogeneizado, por meio da expansão de produtores de cerâmicas da Tradição Polícroma da Amazônia. O sistema multicultural que havia sido forjado após um longo período marcado pela reprodução de uma aparente identidade regional comum, observado pelo compartilhamento de práticas sociais de produtores da cerâmica Pocó-Açutuba. Mesmo durante o período que temos chamado de multicultural, devido à diversidade de conjuntos cerâmicos, padrões de assentamentos e modos de vida observados desde o registro arqueológico, é interessante notar que a diferenciação ocorria em meio a contextos heterogêneos. A partir do início do período colonial, a fragmentação, que, aparentemente, era característica das áreas das cachoeiras de montante (áreas próximas à formação desse rio até a Cachoeira de Jirau) e nos rios tributários do Madeira (rios Jamari e Ji-Paraná), parece se espalhar para o restante do rio, rompendo o processo expansivo da Produção Polícroma.

Mesmo em períodos marcados por essa teia de conexões com outros indígenas e o mundo do entorno, por vezes encontramos ocorrências arqueológicas isoladas, elementos que, sozinhos, pouco nos dizem, mas que se conectados entre si e junto aos sítios dos quais estão próximas, podem contribuir para a compreensão dos complexos. Ainda que desprovidos de dados cronológicos, buscamos realizar um exercício de incorporar tais ocorrências à interpretação dos sítios das cachoeiras de jusante do Madeira. Foi possível observar também que materiais encontrados dentro dos sítios, mas com características diversas daquelas que predominam nas camadas arqueológicas, podem fornecer mais outra possibilidade para compreender a formação de sistemas multiculturais na região.

Por sua vez, os dados etno-históricos sugerem que isolamento e a autonomia se configuram, no alto rio Madeira, além da atitude arredia, na forma de numerosos etnônimos “desconhecidos”, ou seja, que surgem uma ou poucas vezes nas fontes históricas; ou ainda nomes ‘genéricos’ que mascararam grupos de línguas diversas (Arara, Abacaxi, Acanga-Piranga, Jaguaretu e Bocas-Pretas). Nos ataques indígenas contra os empreendimentos coloniais para manter sua autonomia pelos rios e floresta, o agrupamento de forças de diferentes aldeias e povos de origem linguística diversa, por vezes inimigos, pode ter sido a estratégia adotada, como parte da literatura parece sugerir para o “agigantamento” Mura (Amoroso 1992). Nesse caso, a aproximação serve como principal meio para a manutenção da autonomia.

Os mapas produzidos para este artigo mostram que, durante o período colonial, boa parte dos etnônimos foram identificados em áreas de antigas ocupações indígena – ou sítios arqueológicos. Obviamente há um recorte amostral, pois boa parte dos agentes coloniais não adentrava para muito além da calha principal dos rios. Um exemplo é o mapa do século XX. Embora não tenhamos nos aprofundado muito em contatos que ocorreram nos rios tributários, é visível que o cenário se altera e o interior do atual estado de Rondônia passa a registrar diversos grupos que viviam mais arredios e que agora são capturados no olhar de sertanistas e indigenistas. O mais interessante é que muitos desses registros são realizados em áreas de antigos sítios arqueológicos, alguns dos quais converteram-se em terras indígenas. Parte desse fenômeno pode ser explicado pela preferência de parte dos grupos indígenas de ocupar paisagens transformadas, com florestas manejadas e terras pretas (Balée 2013), com a presença de artefatos como petroglifos, cerâmicas, líticos, que podem remeter às narrativas de criação e ordenamento do mundo, por exemplo (Silva 2002). Tais elementos perecíveis ou duráveis também têm sido fundamentais na construção de uma arqueologia dos isolados ou do não-contato (Cangussu 2021; Cangussu et al., 2022).

Além disso, ainda que as fontes apresentem um lapso de mais de um século com os dados arqueológicos, sabe-se que no rio Madeira, tanto em seu alto quanto no baixo curso, existe uma predominância de material TPA na superfície dos sítios. Se considerarmos a superfície, pelo menos de maneira geral, como o momento mais próximo do presente, há que se refletir sobre essa possível homogeneidade arqueológica diante de um cenário etnicamente diverso na etno-história.

No século XVII, boa parte dos etnônimos não permitem a identificação da família linguística; o cenário relatado pelas fontes poderia dizer muito mais sobre os efeitos dos deslocamentos e migrações, resultado de pressões exercidas pela frente colonial desde a foz do Amazonas e também por doenças, gerando um efeito cascata de pressão e conflitos endocloniais; podendo ter transformado o isolamento como uma das principais estratégias adotadas – inclusive dos então produtores da cerâmica TPA. A aparente “uniformidade” policroma observada pela arqueologia, pode ter sido esfacelada pela pressão colonial, e quem passou a ocupar os principais pontos das calhas dos rios foram os povos que tinham se mantido mais afastados desse processo de “homogeneização policroma”.

Por outro lado, a diversidade identificada arqueologicamente na cerâmica, sobretudo parte de seus atributos tecnológicos ou pelos padrões de assentamento distintos, pode ter sido “mascarada” pela iconografia tão representativa da TPA. Assim, populações de origem cultural e linguística diversas, não Tupi-Guarani, seriam uma das bases integrantes que compunham essa extensa “rede” da TPA distribuída pelo rio Madeira, algo que seria posteriormente refletido pelo cenário multiétnico evidenciado pelas fontes, principalmente a partir do XVIII.

Independentemente da resposta, e ainda que não excludentes, é certo que havia grupos que viviam além dessa ampla conexão evidenciada pela ampla dispersão da TPA, como sugerem as urnas cerâmicas do conjunto Dionísio depositadas no sítio Teotônio. Como nos indica boa parte da literatura etnológica (p.ex. Lévi-Strauss 1976a [1942]), o desejo pela diferenciação é parte e fruto de uma filosofia própria dos povos ameríndios, algo considerado nos estudos sobre as políticas para povos isolados e de recente contato (p. ex. Gallois 1992; Gow 2018; Viveiros de Castro 2019; Cangussu 2021; Amorim 2022). O que os dados arqueológicos e etno-históricos aqui apresentados indicam é que a mistura e o afastamento parecem estar também representados na história de longa duração desses povos. Nesse sentido, a ideia de isolamento com uma conotação idílica, que remete a ideias como autenticidade, pureza e inocência, não se sustentam. Como escreve Gallois: “Definitivamente, os povos isolados de hoje não são nem sociedades virgens, nem a imagem do que foi o Brasil pré-cabralino” (1992: 123).

Tanto no milênio que antecede a colonização europeia, quanto nos séculos que a sucedem, é possível observar a presença, na bacia do rio

Madeira, de grupos Tupi-Guarani e de “outros” Tupi e não Tupi. Mesmo nos períodos áureos de expansão da Tradição Polícroma, dos Tupinambarana, dos Munduruku e dos Kawahiva, é fantástico observar a diversidade cultural que se molda e remodela no entorno. Em vários momentos durante os períodos de retração desses povos, durante períodos de violência e doenças, pode-se perceber episódios de fragmentação e isolamento. Momentos em que essas populações se distanciam e se reorganizam para que, em seguida, recuperem o seu protagonismo. Protagonismo este que nem sempre esteve sob os olhares dos não indígenas.

Referências bibliográficas

- Acuña, Cristóbal de. 1994 [1641]. *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir.
- Almeida, Fernando Ozorio de. 2013. *A Tradição Polícroma no Alto Rio Madeira*. Tese de doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- Almeida, Fernando Ozorio de. 2017. A arqueologia do rio Jamari e a possível relação com os grupos Tupi-Arikém–Alto Madeira (RO). *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, 17(30): 63-91.
- Almeida, Fernando Ozorio de; Kater, Thiago. 2017. As Cachoeiras como Bolsões de Histórias dos Grupos Indígenas das Terras Baixas Sul-Americanas. *Revista Brasileira de História*, 37(75): 39-67.
- Almeida, Fernando Ozorio de; Lopes, Rafael de Almeida; Stampanoni-Bassi, Filippo. 2021. The Cosmopolitan Misfits of Mainstream Amazonia. In: Mariano Bonomo; Sonia Archila (eds), *South American Contributions to World Archaeology*. One World Archaeology. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-73998-0_15
- Almeida, Fernando Ozorio de; Neves, Eduardo Góes. 2015. Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. *Mana*, 21(3):499-525 doi: 10.1590/0104-93132015v21n3p499
- Almeida Serra, Ricardo Franco de. 1857 [1781]. Diário do Rio Madeira. Viagem que a expedição destinada á demarcação de limites fez no rio Negro até Villa-Bella, capital do governo de Matto-Grosso. *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, Tomo XX: 398-432.
- Amorim, Fabrício Ferreira. 2022. *Varadouros indígenas, percursos indigenistas: relatos e perspectivas sobre o isolamento dos povos indígenas*.

- Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará.
- Amoroso, Marta. 2013. O nascimento da aldeia Mura: sentidos e modos de habitar a beira. In Marta Amoroso; Gilton Mendes dos Santos (Org.), *Paisagens ameríndias: lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia* (pp.93-114). São Paulo: Terceiro Nome.
- Amoroso, Marta. 1992. Corsários no caminho fluvial: Os Muras do Rio Madeira. In Manuela Carneiro da Cunha (org), *História dos Índios no Brasil* (pp.297-310). São Paulo: Companhia das Letras.
- Araujo, Adauto; Reinhard, Karl; Ferreira, Luiz Fernando. 2015. Palaeoparasitology - Human Parasites in Ancient Material. *Adv Parasitol*, 90:349-87.doi:10.1016/bs.apar.2015.03.003.
- Ayres de Casal, Manoel. 1817. *Corografia Brazilica; ou, relação historico-geografica do reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Impressão Regia.
- Balée, William. 2013. *Cultural Forests of the Amazon: A Historical Ecology of People and Their Landscapes*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press.
- Barreto, Cristiana. 2016. O que a cerâmica Marajoara nos ensina sobre fluxo estilístico na Amazônia? In Cristiana Barreto, Helena Pinto Lima e Carla Jaimes-Betancourt (orgs), *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese* (pp.115-124). Belém: IPHAN: Ministério da Cultura.
- Barreto, Cristiana; Lima, Helena Pinto; Jaimes Betancourt, Carla (orgs). 2016. *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN.
- Barth, Fredrik. 2000. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Belletti, Jaqueline da Silva. 2015. Arqueologia do Lago Tefé e a Expansão Polícroma. Dissertação de mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- Belletti, Jaqueline da Silva. 2016. A Tradição Polícroma da Amazônia. In Cristiana Barreto, Helena Pinto Lima, Carla Jaimes Betancourt (orgs), *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese* (pp.348-364). Belém: IPHAN.
- Bernardino de Souza, Francisco. 1874. *Comissão do Madeira. Pará e Amazonas pelo encarregado dos trabalhos ethnographicos*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

- Bespalez, Eduardo; Zuse, Silvana; Pessoa, Cliverson; Venere, Pedro; e Santi, Juliana Rossato. 2020. Arqueologia no sítio Santa Paula, alto Madeira, Porto Velho/RO, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2): e20190076.
- Bettendorff, João Felipe. 1910 [1693-9]. Chronica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 72(1): 1-697.
- Brochado, José P. 1984. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America*. Ph.D. Dissertation, University of Illinois at Urbana Champaign.
- Cabral, Ana Suelly Arruda Câmara. 2007. New observations on the structure of Kokama/Omágua. In: Leo Wetzels (Ed.). *Language Endangerment and Endangered Languages* (pp. 365-379). Leiden: CNWS.
- Cangussu, Daniel. 2021. *Manual Indigenista Mateiro: princípios de botânica e arqueologia aplicados ao monitoramento e proteção dos territórios dos povos indígenas isolados na Amazônia*. Dissertação de mestrado, Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia, Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia.
- Cangussu, Daniel; Furquim, Laura Pereira; Perez, William; Shiratori, Karen Gomes; Machado, Luíza; Bruno, Ana Carla; Neves, Eduardo Góes. 2022. Uma arqueologia do não-contato: povos indígenas isolados e a materialidade arqueológica das matas e plantas na Amazônia. *Revista de Arqueologia*, 35(3):137-162.
- Carneiro da Cunha, Manuela. 1992a. Introdução a uma história indígena. In Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil* (pp. 9-24). São Paulo: Companhia das Letras.
- Carneiro da Cunha, Manuela. 1992b. Política Indigenista no século XIX. In Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil* (pp. 133-154). São Paulo: Companhia das Letras.
- Carvajal, Frei Gaspar de. 1941 [1542]. *Descobrimento do Rio Amazonas*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.
- Chambouleyron, Rafael; Bombardi, Fernanda Aires. (2011). Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). *Varia Historia*, 27: 601-623. doi: 10.1590/S0104-87752011000200011
- Chambouleyron, Rafael. Barbosa, Benedito Costa; Bombardi, Fernanda Aires; Sousa, Claudia Rocha de. 2011. “Formidável contágio”: epidemias, trabalho

- e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 18(4): 987-1004
- Cintra, Jorge Pimentel; Oliveira, Rafael Henrique de. 2014. Nicolas Sanson and his Map: the course of the Amazon river. *Acta Amazônica*, 44(3):353-366 doi: 10.1590/1809-4392201302944
- Clastres, Hélène. 1978. *Terra Sem Mal*. São Paulo: Brasiliense.
- Cook, Noble David; e Lovell, W. George (Eds). 1992. *Secret judgements of God. Old World Disease in Colonial Spanish America*. Norman and London, University of Oklahoma Press, 285pp. The Civilization of the American Indian series, vol. 205.
- Córdoba, Lorena. 2015. Barbarie en plural: percepciones del indígena en el auge cauchero boliviano. *Journal de la Société des Américanistes*, 101(1 e 2): 173-202.
- Costa, Angislaine Freitas. 2022. *A construção social da paisagem no alto rio Madeira: ocupações pré-coloniais nas ilhas fluviais*. Tese de doutorado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Costa, Angislaine Freitas. 2016. *A multifuncionalidade da cerâmica no sítio Ilha Dionísio, alto rio Madeira*. Dissertação de mestrado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Costa, Angislaine Freitas; Gomes, Denise Maria Cavalcante. A multifuncionalidade das vasilhas cerâmicas do alto rio Madeira (séculos X-XII): comensalidade cotidiana e ritual. *Revista de Antropologia*, 61(3): 52-85.
- Craig, Neville. 1947. *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- Crevels, Milly; Voort, Hein van der. 2008. The Guaporé-Mamoré as a Linguistic Area. In Pieter Muysken (Org.) *From Linguistic Areas to Areal Linguistics* (pp. 151-180). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Public Company.
- Cruz, Daniel G. 2008. *Lar, doce lar? Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO)*. Dissertação de mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- Cypriano, D. A. C. A. 2007. Almas, Corpos e Especiarias: A expansão colonial nos rios Tapajós e Madeira. *Pesquisas – Antropologia*, 65: 1-170.
- Dantas, Beatriz G.; Sampaio, José Augusto I.; Carvalho, Maria Rosário G. 1992. Os povos indígenas do nordeste brasileiro: um esboço histórico. In

- Manuela Carneiro da Cunha (Org), *História dos Índios no Brasil* (pp.431-456). São Paulo: Companhia das Letras.
- Diniz, Renata Otto. 2016. A Besta Árida: uma perspectiva “antineolítica” entre os Awá-Guajá, Tupi no Maranhão. *Teoria & Sociedade*, 24(2): 130-154.
- Dixon, Robert. 2006. Annotated Bibliography of the Arawá Language Family to 1950, *International Journal of American Linguistics*, 72(4): 522-534.
- Eriksen, Love. 2011. *Nature and culture in prehistoric Amazonia: using GIS to reconstruct ancient ethnogenetic processes from archaeology, linguistics, geography, and ethnohistory*. Lund University.
- Eremites de Oliveira, Jorge. 2015. Descolonizando a Arqueologia no Brasil: contribuições da etnoarqueologia para a compreensão e preservação de cemitérios indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano - Series Especiales*, 2 (3): 217-230.
- Felzke, Lediani Fani. 2017. *Os Ikólóéhj Gavião: a terra e os outros*. São Leopoldo: Oikos.
- Fernandes de Souza, A. [1828] 1848. Noticias geographicas da Capitania do Rio Negro no grande Rio Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 10: 411-504.
- Ferreira, Alexandre Rodrigues. 1974 [1788]. Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura.
- Ferreira, Alexandre Rodrigues. 2007 [1788]. *Viagem ao Brasil: A expedição philosophica pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá* (Vol. III). Rio de Janeiro: Kapa
- Fitzpatrick, Scott; Anderson, Atholl. 2008. Islands of Isolation: Archaeology and the Power of Aquatic Perimeters. *The Journal of Island and Coastal Archaeology* 3(1):4-16. DOI: 10.1080/15564890801983941
- Fonseca, José Gonçalves da. 1826 [1749]. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749, escripta por Jose Gonsalves da Fonseca no mesmo anno [1749]. *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhe são vizinhas*, Lisboa, 4(1) [Academia Real das Sciencias].

- Forte, Ernesto Mattoso Maia. 1883. *Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira. Itinerário e Trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. De um membro da mesma comissão.* Rio de Janeiro: Typ. Soares e Niemeyer.
- Franco, Victoria. 2019. Um homem contra o fim do mundo. In Fany Ricardo; Majoí Fávero Gongora (org.), *Cercos e resistências: povos indígenas isolados na Amazônia* (pp.233-234). São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Furquim, Laura P.; Watling, Jennifer; Hilbert, Lautaro. M.; Shock, Myrtle P.; Prestes-Carneiro, Gabriela; Calo, Cristina M.; Rapp Py-Daniel, Anne; Brandão, Kelly; Pugliese, Francisco; Zimpel, Carlos Augusto; Silva, Carlos Augusto da; Neves, Eduardo Góes. 2021. Facing change through diversity: Resilience and diversification of plant management strategies during the mid to late holocene transition at the Monte Castelo Shellmound, SW Amazonia. *Quaternary*, 4(1), 2-26.
- Gallois, Dominique Tilkin. 1992. De arredio a isolado: perspectivas de autonomia para os povos indígenas recém-contactados, In Donisete Benzi Grupioni (org.), *Índios no Brasil* (pp.121-134). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura.
- Gallois, Dominique Tilkin. 1986. *Migração, Guerra e Comércio: os Waiãpi na Guiana. Série Antropologia* (15), FFLCH/USP, São Paulo.
- Gazeta Dos Tribunaes. 1844. Descrição das diversas nações de índios que habitam a província de Matto Grosso. *Gazeta dos Tribunaes*, Rio de Janeiro, p. 1-2, 12 de jul.
- Gow, Peter. 2018. 'Who Are These Wild Indians': On the Foreign Policies of Some Voluntarily Isolated Peoples in Amazonia. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, 16(1): 6- 20.
- Hardman, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- González-Ruíbal, Alfredo. 2009. De la Etnoarqueología a la Arqueología del Presente. In In J. Salazar; I. Domingo; J. Askarrága; H. Bonet (eds.), *Mundos Tribales. Una visión etnoarqueológica* (pp.16-27). Valencia: Museo de Prehistoria.
- Hemming, John. 1978. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians.* London: Pan Macmillan.
- Heriarte, Mauricio. 1874 [1662]. *Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas.* Imprensa do filho de C. Gerold.

- Hugo, Vitor. 1959. Desbravadores: a história eclesiástica, no panorama social, político e geográfico do grande rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia. Humaitá: Missão Salesiana.
- Jaimes Betancourt, Carla. 2012. *La Ceramica de La Loma Salvatierra*. La Paz: KAAL-Plural Editores.
- Jolkesky, Marcelo P. V. 2016. *Estudo arqueo-ecolinguístico das terras tropicais Sul Americanas*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília.
- Kater, Thiago. 2018. *O sítio Teotônio e as reminiscências de uma longa história indígena no alto Rio Madeira*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe.
- Kater, Thiago. 2020. A temporalidade das ocupações ceramistas no sítio Teotônio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, 15(2), e20190078
- Kater, Thiago; Almeida, Fernando Ozorio de; Mongeló, Guilherme Zdonek; Watling, Jennifer; Neves, Eduardo Góes Neves. 2020. Variabilidade estratigráfica e espacial dos contextos cerâmicos no sítio Teotônio. *Revista de Arqueologia*, 33(1): 198-220.
- Kater, Thiago e Lopes, Rafael. 2021. Braudel nas Terras Baixas: caminhos da Arqueologia na construção de Histórias Indígenas de longa duração. *Revista de História*, 180: 1-35. doi: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.174977.
- Keller-Leuzinger, Franz. 1875. *The Amazon and Madeira Rivers: Sketches and Descriptions from the Note-Book of an Explorer*. London: Chapman and Hall.
- Keller, Joseph; e Keller, Franz. 1870. *Exploracion del rio Madera em la parte comprendida entre la cachuela de San Antonio y la embocadura del Mamorè, por los ingenieros brasileiros*. La Paz: Imprenta de la Union Americana.
- Kok, Glória. 2017. Fragmentos de história indígena na Amazônia colonial: ocupações, conflitos e deslocamentos no rio Madeira. In Cristina Bertazoni; Eduardo dos Santos Natalino; Leila Maria França (Orgs.), *História e Arqueologia da América indígena em tempos pré-hispânicos e coloniais* (pp.311-324). Santa Catarina: Ed. UFSC.
- Lathrap, Donald W. 1970. *The Upper Amazon*. London: Thames and Hudson.
- Leonel, Mauro. 1995. *Etnodícea Uruéu-Au-Au: o endocolonialismo e os índios no centro de Rondônia*. São Paulo: Edusp.

- Lévi-Strauss, Claude. 1976a [1942]. Guerra e comércio entre os índios da América do Sul. In Egon Schaden (org), *Leituras de Etnologia Brasileira* (pp. 325-339). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Lévi-Strauss, Claude. 1976b [1955]. *Tristes Tropiques*. Great Britain: Penguin Books.
- Lima, Helena. 2008. *História das Caretas: a Tradição Borda-Incisa na Amazônia Central*. Tese de doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- Loebens, Guenter F. 2019. Juma: um povo indígena condenado a extinção? In Guenter F. Loebens; Lino João de Oliveira Neves (orgs), *Povos Indígenas Isolados na Amazônia: a luta pela sobrevivência* (pp.99-108). Manaus: EDUA/CIMI.
- Lopes, Rafael de Almeida. 2018. *A Tradição Policroma da Amazônia no contexto do médio rio Solimões (AM)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe.
- Mano, Marcel. 2017. As crônicas jesuíticas e a história indígena no médio Amazonas nos séculos XVII e XVIII: os Tupinambaranas. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, 7(1): 113-146.
- Martins, G. R.; Kashimoto, M. E. 2000 Arqueologia do Contexto do Rio Jauru (MT) impactado pelo Gasoduto Bolívia Mato Grosso. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 10:121-143.
- Mathews, Edward. 1879. *Up the Amazon and Madeira rivers, Through Bolivian a Peru*. London: Sampson Low, Marston, Searle y Rivington.
- Matos, Beatriz de Almeida; Pereira, Bruno; Santana, Carolina Ribeiro; Amorim, Fabrício; Lenin, Leonardo; Oliveira, Lucas Cravo de. 2021. Violações dos direitos à saúde dos povos indígenas isolados e de recente contato no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. *Mundo Amazônico*, 12(1): e88677. doi: 10.15446/ma.v12n1.88677
- Maldi, Denise. 1991. O complexo cultural do Marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequéns, afluentes do Médio Guaporé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia*, 7:209-269.
- Mendes dos Santos, Gilton; Cangussu, Daniel; Furquim, Laura Pereira; Watling, Jennifer; e Neves, Eduardo Góes. 2021. Pão-de-índio e massas vegetais: elos entre passado e presente na Amazônia indígena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, 16(1): e20200012. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0012

- Menéndez, Miguel. 1981. *Chronica dos povos gentios que habitavam e habitam os dilatados sertões que existem entre os rios Madeira e Tapajozes. Obra mui minuciosa com onze ilustrações e uma charta ethnographica ou uma contribuição para a etnohistória da área Tapajós-Madeira*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.
- Menéndez, Miguel. 1982. Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira. *Revista do Museu Paulista*, XXVIII: 289-388.
- Menéndez, Miguel. 1992. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e a relação entre colonizador e indígenas. In Manuela Carneiro da Cunha (org), *História dos Índios no Brasil* (pp. 281-296). São Paulo: Companhia das Letras.
- Métraux, Alfred. 1927. Migrations Historiques des Tupi-Guarani. *Journal de la Société des Américanistes*, 19: 1-45.
- Mezacasa, Roseline. 2021. *Por histórias indígenas: o povo Makurap e o ocupar seringalista na Amazônia*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Michael, Lev. 2014. On the pre-columbian origin of proto-omagua-kokama. *Journal of Language Contact*, 7(2): 309-344.
- Milanez, Felipe. 2015. *Memórias sertanistas: cem anos de indigenismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Sesc.
- Miller, Eurico T. 2009. A Cultura Cerâmica do Tronco Tupi no alto Ji-Paraná, Rondônia, Brasil: algumas reflexões teóricas, hipotéticas e conclusivas. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 1 (1): 35-136.
- Miller, Eurico T. 1987. *Inventário Arqueológico da Bacia e Sub-Bacias do Rio Madeira: 1974-1987* Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.
- Miller, Eurico T. 1992. Adaptação Agrícola Pré-Histórica no Alto Rio Madeira. In: Betty Meggers (Org.), *Prehistoria Sudamericana: Nuevas Perspectivas* (pp.219-229). Washighton D.C.: Taraxacum.
- Miller, Eurico T. et al (outros não especificados). 1992. *Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Electronorte: resultados preliminares*. Brasília: Electronorte.
- Mongeló, Guilherme Zdonek. 2020. Ocupações humanas do Holoceno inicial e médio no sudoeste amazônico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, 15(2), e20190079.

- Moraes, Claide de Paula. 2013. *Amazônia Ano 1000: Territorialidade e Conflito no Tempo das Chefias Regionais*. Tese de doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- Moraes, Claide de Paula. 2015. O determinismo agrícola na arqueologia amazônica. *Estudos Avançados*, 29 (83): 25-43.
- Morton, Jesse. 2015. *The “isolated find” concept and its consequences in public archaeology*. Unpublished MA Thesis, Department of Anthropology and Middle Eastern Cultures, Mississippi State University, Starkville, Mississippi.
- Moutinho, Marcelo; Robrahn-González, Erika M. 2010. *Memórias de Rondônia*. São Paulo: Arte Ensaio.
- Myers, Thomas P. 1988. El efecto de las pestes sobre las poblaciones de la Amazonía alta. *Amazonía Peruana*, 8(15):61-81.
- Neves, Eduardo Góes. 2012. *Sob os Tempos do Equinócio: Oito Mil anos de história na Amazônia Central (6500 ac – 1500 dc)*. Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo.
- Neves, Eduardo Góes. 2011. Archaeological cultures and past identities in pre-colonial Central Amazon. In Alf Hornborg e Jonathan Hill (eds.), *Ethnicity in ancient Amazonia: reconstructing past identities from archaeology, linguistics, and ethnohistory* (pp.31-56). Boulder: University of Colorado Press.
- Neves, Eduardo Góes; Guapindaia, Vera Lucia Calandrini; Lima, Helena Pinto; Costa, Bernardo Lacale Silva; Gomes, Jaqueline. 2014. A tradição Pocó-Açutuba e os primeiros sinais visíveis de modificações de paisagens na calha do Amazonas. In Stéphen Rostain (Org.), *Antes de Orellana. Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica* (pp. 137-158). Quito: IFEA.
- Neves, Eduardo Góes; Watling, Jennifer; e Almeida, Fernando Ozório. 2020. A arqueologia do alto Madeira no contexto arqueológico da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), e20190081. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0081
- Nimuendajú, Curt. 1924. Os índios Parintintin do rio Madeira. *Journal de la Société des Américanistes*, 16: 201-278.
- Nimuendajú, Curt. 1982. As Tribos do Alto Madeira (1925), In Curt Nimuendajú, *Textos indigenistas* (pp. 111-122). São Paulo: Loyola.

- Noelli, Francisco. 2021. Memórias sobre tempos de peste: linguagem Guaraní das doenças epidêmicas segundo Antonio Ruiz de Montoya (parte 2). *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 13(01): 195–231. doi: 10.26512/rbla.v13i01.36930
- Noletto, Cleiciane Aiane. 2020. *Transformações culturais na Amazônia durante o Holoceno médio: contextualização do surgimento das Terras Pretas a partir da indústria lítica do sítio Garbin*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe.
- Noronha, José M. [1768] 2006. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província*. São Paulo: Edusp.
- Oliveira, Erêndira. 2020. Corpo de barro, corpo de gente: metáforas na iconografia das urnas funerárias policromas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(3): e20190108. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0108
- Oliveira, Maria Coimbra de. 2013. *Arte rupestre em Rondônia*. Presidente Médici.
- Peggion, Edmundo. 2022. Regularização fundiária e regimes de conhecimento: notas sobre o sul do estado do Amazonas (Brasil). *Revista de Antropologia*, 65(1):e192794 doi: 10.11606/1678-9857.ra.2022.192794
- Pessoa, Cliverson. 2015. *Os Contextos Arqueológicos e a Variabilidade Artefactual da Ocupação Jatuarana no Alto Rio Madeira*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará.
- Pessoa, Cliverson; Costa, Angislaine Freitas. 2014. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio Madeira durante o século XVIII. *Amazônica - Revista de Antropologia*, 6(1): 110-139.
- Pessoa, Cliverson; Zuse, Silvana; Costa, Angislaine; Kipnis, Renato; Neves, Eduardo Góes. 2020. Aldeia circular e os correlatos da ocupação indígena na margem esquerda da Cachoeira de Santo Antônio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, 15(2), e20190083.
- Pinheiro, Geraldo. 1972. A aldeia indígena de Sapucaia-oroca Amazonas. *Revista de Antropologia*, 17/20: 49-58.
- Porro, Antonio. 2012. A “relação” de Jacinto de Carvalho (1719), um texto inédito de etnografia amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, 7(3): 761-774.

- Porro, Antonio. 2011. Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, 6(3): 575-592.
- Porro, Antonio. 2007 *Dicionário Etno-Histórico da Amazônia Colonial*. São Paulo: Cadernos do IEB/USP.
- Ramirez, Henri. 2010. Etnônimos e topônimos no rio Madeira (séculos XVI-XX): um sem-número de equívocos. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 2:13-58.
- Rapp Py-Daniel, A. 2015. *Os contextos funerários na calha do rio Amazonas*. Tese de doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- Rapp Py-Daniel, Anne. 2010. O que o contexto funerário nos diz sobre populações passadas: o sítio Hatahara. In Edithe Pereira; Vera Guapindaia (eds), *Arqueologia Amazônica*, v. 1 (pp.629-654). Belém: MPEG.
- Renard-Casevitz, France-Marie. 1992. História kampa, memória ashaninka. In Manuela Carneiro da Cunha (Org), *História dos Índios no Brasil* (pp.197-212). São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, Leandro Guimarães. 2018. *Práticas mortuárias e estruturas funerárias no alto rio Madeira, Rondônia: um estudo etnoarqueológico das fontes históricas, etnográficas e arqueológicas*. Monografia de conclusão de curso, Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Rondônia.
- Rodrigues, Aryon D. 1964. A classificação do Tronco Lingüístico Tupi. *Revista de Antropologia*, 12(1/2):99-104.
- Rodrigues, Igor Mariano; Costa, Rodrigo Lessa; Silva, Fabíola Andréa. 2021. Perspectivas arqueológicas e etnográficas sobre tecnologias percíveis: uma introdução. *Revista de Arqueologia*, 34(1):3-14.
- Roller, Heather F. 2021. *Contact Strategies: Histories of Native Autonomy in Brazil*. California: Stanford University Press.
- Rondon, Cândido Mariano. [1916] 2003. *Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915*. Brasília: Ed. Senado Federal.
- Rondon, Cândido Mariano; e Faria, João Barbosa de. 1948. *Glossário geral das tribos silvícolas de Mato-Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil pelo... Cândido MS Rondon e... João Barbosa de Faria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

- Sáez, Oscar Calavia. 2016. Nada menos que apenas nomes: os etnônimos seriais no sudoeste amazônico. *Ilha – Revista de Antropologia*, 18(2):149-176.
- Sampaio, Francisco Xavier Ribeiro de. [1775] 1825. *Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor e intendente da mesma... anno de 1774 e 1775*. Lisboa.
- Sauer, Carl O. 1952. *Agricultural origins and dispersals*. New York: The American Geographical Society.
- Saunaluoma, Sanna. 2014. Os sítios pré-colombianos com estruturas de terra na fronteira e entre o Acre, Brasil, e Riberalta, Bolívia, Amazônia Sul-Occidental. *Revista de Arqueologia*, 27 (2): 125-149.
- Schlanger, Sarah. 1992. Recognizing persistent places in Anasazi settlement systems. In J. Rossignol e L. Wandsnider (Eds.), *Space, Time, and Archaeological Landscapes* (pp. 91-112). New York: Plenum Press.
- Scientia Consultoria Científica. 2010. *Arqueologia Preventiva nas áreas de intervenção do AHE Santo Antônio, RO*. Relatório da prospecção arqueológica na área do canteiro de obras (parcial). Porto Velho.
- Serafim Leite. 1943. *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Vol. III). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Shiratori, Karen. 2019. O homem que falava cantando. In: Fany Ricardo; Majói Fávero Gongora (orgs.). *Cercos e resistências: povos indígenas isolados na Amazônia* (pp.212-216). São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Silva, Fabíola. 2002. Mito e arqueologia: a interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu - Pará. *Horizontes Antropológicos*, 8(18): 175-187 doi: 10.1590/S0104-71832002000200008
- Southey, Robert. 1965 [1819]. *História do Brasil* (Vol. V). São Paulo: Obelisco
- Souza, Marcio. 2009. *História da Amazônia*. Manaus: Valler.
- Sztutman, Renato. 2012. *O profeta e o Principal: a ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo: Edusp.
- Tamanaha, Eduardo Kazuo; Neves, Eduardo Góes. 2014. 800 anos de ocupação da Tradição Polícroma da Amazônia: um panorama histórico no Baixo Rio Solimões. *Anuário Antropológico*, 39(2): 45-67.
- Urban, Greg. 1992. *A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas*

- Nativas. In Manuela Carneiro da Cunha (org), *História dos Índios no Brasil* (pp.87-102). São Paulo: Companhia das Letras.
- Vander Velden, Felipe. 2010. Os Tupí em Rondônia: diversidade, estado do conhecimento e propostas de investigação. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 2(1): 115-143.
- Vander Velden, Felipe; e Lolli, Pedro. 2021. Das áreas culturais às redes de relações: os sistemas regionais ameríndios em análise. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 94: 1-57. doi: 10.17666/bib9406/2021
- Vassoler, Odair José Petri. 2016. *Do lago de leite ao rio dos Cedros: análise da iconografia cerâmica em vasilhas da Tradição Policroma Amazônica no alto rio Madeira*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História e Estudos Culturais, Universidade Federal de Rondônia.
- Vilaça, Aparecida. 2020. *Morte na floresta*. São Paulo: Todavia.
- Vilaça, Aparecida. 2006. Quem somos nós: os Wari' encontram os brancos. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Villa, Amanda. 2022. Roçando caminho e semeando paisagem. *Maloca – Revista de Estudos Indígenas*, 5: e022012.
- Villar, Diego; Córdoba, Lorena; Combès, Isabelle. *La reducción imposible: las expediciones del padre Negrete a los pacaguaras (1795-1800)*. Cochabamba: Instituto de Misionología, 2009.
- Viveiros de Castro, Eduardo. 1986. *Araweté: os Deuses Canibais*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.
- Viveiros de Castro, Eduardo. 2019. Nenhum povo é uma ilha. In: Fany Ricardo; Majoí Fávero Gongora (Orgs.). *Cercos e resistências: povos indígenas isolados na Amazônia* (pp. 9-14). São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Voort, Hein van der. 2005. Kwaza in a comparative perspective. *International Journal of American Linguistics*, 71(4):365-412.
- Walton, John; Brooks, James; DeCorse, Christopher. 2008. Introduction. In John Brooks, Christopher DeCorse, John Walton (eds), *Small Worlds: methods, meanings and narrative in microhistory*. Santa Fe: School for Advanced Research Press.
- Watling, Jennifer; Almeida, Fernando; Kater, Thiago; Zuse, Silvana; Shock, Myrtle P.; Mongeló, Guilherme; Bsepalez, Eduardo; Santi, Juliana R.; Neves,

- Eduardo G. 2020. Arqueobotânica de ocupações ceramistas na Cachoeira do Teotônio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), e20190075. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0075
- Wüst, 1998. Continuities and discontinuities: archaeology and ethnoarchaeology in the heart of the Eastern Bororo territory, Mato Grosso, Brazil. *Antiquity*, 72 (277): 663-675.
- Zimpel, Carlos Augusto. 2009. *Na direção das periferias extremas da Amazônia: Arqueologia na bacia do rio Jiparaná, Rondônia*. Dissertação de mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- Zimpel, Carlos Augusto; Pugliese, Francisco Antonio. 2016. A fase Bacabal e suas implicações para a interpretação do registro arqueológico no médio rio Guaporé, Rondônia. In Cristiana Barreto; Helena Pinto Lima; Carla Jaimes-Betancourt (Orgs.), *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese* (pp.420-434). Belém: IPHAN.
- Zuse, Silvana. 2014. *Variabilidade cerâmica e diversidade cultural no alto rio Madeira, Rondônia*. Tese de doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- Zuse, Silvana; Costa, Angislaine Freitas; Pessoa, Cliverson; Kipnis, Renato. 2020. Tecnologias cerâmicas no alto rio Madeira: síntese, cronologia e perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 15(2): e20190082.